



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

NELSON RICARDO MENDES LOPES

**CORONELISMO E CHAGUISMO NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO:
CLIENTELISMO OU O CORONEL E O CASO DAS BICAS D'ÁGUA NO
MENDANHA**

Rio de Janeiro

2007

Nelson Ricardo Mendes Lopes

**CORONELISMO E CHAGUISMO NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO:
CLIENTELISMO OU O CORONEL E O CASO DAS BICAS D'ÁGUA NO
MENDANHA**

**Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre, ao Programa de
Pós-Graduação em Políticas Públicas e
Formação Humana, da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.**

Orientadora: Prof^a Dr^a Cléia Schiavo Weyrauch

Rio de Janeiro

2007

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/A

L864 Lopes, Nelson Ricardo Mendes.
 Coronelismo e chaguismo na zona oeste do Rio de Janeiro:
 clientelismo ou o caso das bicas d'água no Mendanha / Nelson
 Ricardo Mendes Lopes. - 2006.
 106 f.

 Orientadora: Cléia Schiavo Weyrauch.
 Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
 Janeiro, Faculdade de Educação.

 1. Políticas públicas – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2.
 Clientelismo – Teses. I. Weyrauch, Cléia Schiavo. II.
 Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
 Educação. III. Título.

CDU 304

Nelson Ricardo Mendes Lopes

**Coronelismo e chaguismo na zona oeste do Rio de Janeiro:
clientelismo ou o coronel e o caso das bicas d'água no Mendanha**

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Cléia Schiavo Weyrauch (Orientadora)

Prof. Dr. Lincoln de Abreu Penna

Prof. Dr. Zacarias Gama

Rio de Janeiro

2007

Agradecimentos

A minha esposa Maria Celeste Ferreira pelo seu companheirismo e paciência em todas as etapas desta presente dissertação.

A minha querida irmã Neila Cristina Mendes Lopes, doutora em Antropologia Social pela Universidade de Sorbonne-Paris V, que me fez ver a importância de lutar pela realização dos sonhos.

A minha orientadora e eterna professora doutora Cléia Schiavo que durante anos sempre demonstrou seu afeto e carinho e neste momento foi de fundamental importância, selando mais uma etapa deste convívio que muito estimulou o meu compromisso com as Ciências Sociais.

Aos meus amigos que fizeram parte do Centro de Referência Histórica da Zona Oeste da UERJ, Marta Gomes, Sarita Mota, Dílson Miklos: sem nossa cumplicidade, discussões e conclusões não teriam a intensidade e a importância necessárias para a elaboração deste trabalho.

Aos meus companheiros professores, militantes da Educação que atuam nas escolas da Zona Oeste e da Baixada Fluminense.

A minha amiga e diretora do Colégio Municipal Min. Alcides Carneiro, Janete Jane, que compreendeu as dificuldades de se estar em dois lugares ao mesmo tempo.

Aos professores Castilho e Gloria Maria educadores de primeira que manifestaram todo interesse em ajudar na elaboração deste trabalho.

A minha amiga Gleice Luz que me apresentou à biblioteca do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) fundamental para a busca de boa parte do material bibliográfico aqui utilizado.

Finalmente a todos que fizeram parte deste projeto com amizade, palavras de carinho e muito afeto: Rogério Machado, Jorge Morais, Nagib Said, César Freasa, Roberto Sobral, Vânia Sueli, Vera, Denise Torbes, prof. Antônio Henrique, Cristina Claudia, meu primo Beto e minha prima Bia, César, Fátima, meus irmãos maravilhosos Fael e Dudu (pelo constante apoio na WEB), meu pai, minha madrasta (por cuidar do meu pai), e tantos outros amigos e familiares que fazem parte da minha vida.

“Quando Deus quer, água fria é remédio”.

Padre Cícero Romão Batista

Resumo

LOPES, Nelson Ricardo Mendes. *Coronelismo e chaguismo na zona oeste do Rio de Janeiro: clientelismo ou o caso das bicas d'água no Mendanha*. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Este trabalho pretende analisar o conceito de clientelismo e comparativamente associar as práticas clientelistas do período da Primeira República com o período do chaguismo tendo como pano de fundo o campo político da Zona Oeste do Rio de Janeiro, mais especificamente, o bairro de Campo Grande e o sub-bairro do Mendanha. Será explicitado a concorrência das forças políticas internas e sua organização, o que implicará nas mais diversas estratégias para a sobrevivência dos grupos que atuaram nesta região. O Grupo Triângulo e a “máquina chaguista”, em diferentes épocas, usaram das técnicas clientelistas para cativar grande número de eleitores e fazer valer o funcionamento dos princípios da reciprocidade e lealdade que alicerçaram o jogo político em suas diferentes épocas. O chaguismo contará ainda com a mídia escrita, elemento de fundamental importância para fazer sua propaganda, voltando a atenção da população para os feitos dos líderes nas suas localidades, transformando-os em futuros agentes políticos que irão perpetuar o funcionamento da máquina. Como o “Grupo Triângulo” da República Velha o chaguismo criará o grupo do “ODIA”, do qual será analisada a figura do antigo vereador e deputado estadual Arthur Miécimo da Silva e suas bicas d'água, que irão impulsionar sua política e que viriam a se tornar parte do folclore da zona oeste, marcando o imaginário coletivo da região, que o transformou no principal provedor de equipamentos urbanos : água , luz e transportes, que trarão o progresso para a região. Para adensar a discussão em torno do tema, foi utilizada uma extensa bibliografia a respeito das instituições, das benesses e dos equipamentos utilizados como moeda de troca pelos políticos locais, além de coleta de dados através de entrevistas semi-estruturadas com os moradores da região e com o filho do ilustre político local Arthur Miécimo da Silva Filho.

Palavras-chave: Clientelismo. Chaguismo. Políticas públicas.

Abstract

This work intends to analyze the “clientelismo” concept and comparatively associate the “clientelistas” practices of the “Primeira República” period with the “chaguismo” period having as second plan the political scene of the west zone of Rio de Janeiro, more specifically, the quarter of Campo Grande and sub-quarter of Mendanha. The competition of the internal political forces and its organization will be shown, that will imply in many diverse strategies for the survival of the groups that had acted in this region. The “Grupo Triângulo” and the “máquina chaguista”, at different times, had used the “clientelistas” techniques to catch great number of voters and to impose the functioning of the reciprocity and loyalty principles that support the political game at its different times. The “chaguismo” will still count on the written media, element of basic importance to make its propaganda, coming back the attention of the population toward the accomplishments of their leaders in its localities, transforming them into future political agents who will perpetuate the functioning of the machine. As the “Grupo Triângulo” of the “Velha República” the “chaguismo” will create the group of the “ODIA”, of which the figure of the old councilman and state deputy Miécimo da Silva and its pipes of water will be analyzed, That pipes will stimulate his politic and would become part of the west zone folklore, marking the collective imaginary of the region, that transformed him into the main urban equipment supplier: water, light and transports, that will bring the progress for the region. To make the quarrel around the subject denser, an extensive bibliography regarding the institutions, gifts and the equipments used as currency of exchange by the local politicians was used, beyond the collection of data through half-structured interviews with the inhabitants of the region and with the son of the illustrious local politician Arthur Miécimo da Silva.

Keywords: Clientelismo; Chaguismo; Publics politics.

SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO</u>	p.08
<u>INTRODUÇÃO</u>	p.09
<u>CAPÍTULO 1: Dos homens</u> – O clientelismo como categoria analítica	
1.1 Conceito.....	p.14
1.2 O clientelismo, o voto e os partidos políticos.....	p.16
1.3 Mandonismo: uma questão.....	p.17
1.4 Práticas Clientelistas: do coronelismo aos “novos tempos”	p.25
1.5 Coronelismo , clientelismo,chaguismo:considerações.....	p.32
<u>CAPÍTULO 2: Das terras</u> – O Sertão Carioca	
2.1 O Mendanha.....	p.51
2.2 Compreendendo o rural e o urbano:uma revisão bibliográfica.....	p.61
<u>CAPÍTULO 3: Das águas</u> – O caso das Bicas d’água	
3.1 A água e sua importância política, econômica e social.....	p.70
3.2 O Rio de Janeiro:Uma floresta de mastros,vergas e velas.....	p.73
3.3 Os problemas de saneamento no Rio de Janeiro.....	p.79
3.5 O Paraíba do Sul, o Guandu, e o precário fornecimento d’água ainda hoje....	p.84
3.6 A dádiva: As bicas d’água do Mendanha.....	p.86
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	p.96
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	p.101

Apresentação

Esta dissertação foi elaborada a partir dos estudos realizados no Centro de Referência Histórica da Zona Oeste do Rio de Janeiro da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) sob a coordenação da professora doutora Cléia Schiavo que também orientou este trabalho.

Tendo em vista a necessidade de recuperar a história da Zona Oeste e sua importância para a cidade do Rio de Janeiro, principalmente dos bairros que compõem hoje a área de planejamento nº5 (AP5) e mais especificamente os bairros de Campo Grande , Santa Cruz e Guaratiba , a elaboração desta dissertação foi inspirada nos percursos da política local e buscou compreender a teia de relações estabelecidas neste contexto.

A Zona Oeste sempre foi marcadamente, palco de acontecimentos, que ajudaram a definir o quadro político da cidade do Rio de Janeiro, desde a República Velha aos dias de hoje, devido ao importante número de eleitores. Os políticos locais vêm garantindo sua permanência e a de suas legendas no jogo político eleitoral graças às práticas clientelistas voltadas para “prioridades” e “benesses” que se diversificam de acordo com o contexto sócio-histórico: ontem, bicas d’água, hoje segurança.

Ainda é importante salientar, que para a elaboração desta dissertação foi levantada uma densa bibliografia, e também amplamente utilizada a Internet, ferramenta de pesquisa, hoje, fundamental. E como não poderia deixar de ser, as entrevistas realizadas foram de suma importância para a necessária consistência do presente trabalho.

Introdução

A presente dissertação tem como objetivo principal trazer velhas práticas políticas, para uma analogia com práticas atuais e suas conseqüências para as políticas públicas na região da Zona Oeste do Rio de Janeiro, tratando de descrever e analisar as tensões existentes entre as formas clássicas de dominação política no Brasil e a emergência de novas formas de ação política.

Na busca de uma forma que definisse e se ajustasse a uma melhor compreensão dessas práticas, observa-se que, devido a própria dinâmica social fica difícil estabelecer um padrão explicativo “definitivo” pois, mesmo os setores chamados de progressistas desenvolvem ações que reforçam práticas políticas que seguem a lógica da tradição patrimonialista brasileira, remontando às relações de reciprocidade existentes nos períodos da história mais remota de nossas tradições político – sociais.

Sendo assim, em consonância com o que foi exposto acima, será tomada como referência analítica a estrutura de poder que possibilitou a aplicação de alguns elementos antagônicos. Levando em consideração as características que o Rio de Janeiro sempre apresentou, entre outras, a de ser uma das principais cidades do Brasil, ou seja, um exemplo significativo de cosmopolitismo, o que em princípio negaria um projeto sócio-político que pudesse se restringir ao local, acaba por ser refém de uma estrutura de poder local : o clientelismo.

O cotidiano da cidade e sua história recente, mostram uma tendência que está relacionada ao estreitamento dos espaços políticos e com isso a eficácia da dominação de alguns setores sobre outros. A cidade, que já foi sede do Império português, segue como mapeada por aqueles que incentivam a sofisticação dos mecanismos de dominação, numa espécie de luta contra o desequilíbrio, produzindo artifícios que ajudam na reprodução de determinadas visões de mundo, garantindo

uma estabilidade no campo simbólico e na interpretação da realidade que parte de um único paradigma, como se fosse um dogma. De fato é desta forma que as ideologias se alimentam, em novas conjunturas, se repetem e se reproduzem.

Nossa democracia está pautada no discurso de que certas intenções ou mudanças têm um efeito prático para a maioria da população. Quando a população não concorda com os efeitos produzidos, entram em cena a polícia e seus fuzis, mas mesmo que a democracia traga em seu bojo esta condição, são identificados neste processo, de maneira clara, quem são os agentes.

Neste cenário globalizado vemos uma imposição da idéia de democracia liberal que nutre a exclusão dos países chamados periféricos. Os meios de comunicação advertem, nas entrelinhas, que a população deve respeitar sempre aqueles que a representam, que por ela decidem, aqueles que detêm em suas mãos o conhecimento necessário para protegê-la ou destruí-la. Estes representantes, no contexto da democracia liberal, muitas vezes agem como deuses, e tendo em suas mãos os meios de comunicação se tornam onipresentes e oniscientes.

Quando a democracia não garante o uso por parte da população de suas principais instituições, distanciando o agente da garantia de um mínimo de controle daqueles que o representam, a cultura política passa a ser outra, ela se altera. Mesmo existindo, as instituições se tornam falhas e a garantia da participação se exaure nas mãos de quem controla os meios. O direito garantido por uma constituição democrática fica relegado à troca de votos por benesses, a palavra do político do bairro é tida como documento, a polícia como tribunal de rua, a habitação como resultado de invasão de terras devolutas ou de propriedade privada.

A perpetuação de uma elite no poder se torna primordial para o partido que perde suas referências dentro do quadro democrático corrompido. Com a exclusão das massas do uso e do acesso às instituições, os políticos articulam em seus nichos

eleitorais, estratégias destinadas a garantir as legendas, como uma espécie de “marca-símbolo” reconhecidamente precioso na hora da ida às urnas.

Os chefes locais seguem fazendo valer a hierarquia de poder, até chegar na elite, composta de senhores que alimentam suas máquinas partidárias com arranjos, conluíus e conchavos de toda a espécie.

Atualmente, se fala muito em inversão de valores como se fosse algo novo, mas esta situação vem se repetindo e opera dentro da República Brasileira desde seus primórdios. O genocídio em Canudos, no sertão da Bahia, ou a matança no Contestado, no sul do Brasil, atestam as conseqüências do desuso das instituições democráticas, mostrando que os que possuem privilégios são os que participam das decisões nacionais apartando completamente o Estado da sociedade civil e do povo.

Assim, um dos eixos centrais do presente trabalho, constitui-se em uma discussão sobre a complexidade dos longos caminhos e descaminhos da história do Rio de Janeiro. Quando ainda capital, a cidade do Rio de Janeiro conseguia tratar dos assuntos inerentes à região de maneira mais imediata, influenciando todo o entorno do estado do Rio de Janeiro, sustentando-se através da influência direta de todo o aparato que os serviços federais dispunham.

As elites buscavam o dinamismo econômico da capital fazendo com que os recursos se espraiassem e alcançassem em cheio todo o estado. Quando a capital vai para Brasília em 1961, e depois em 1974 quando ocorre a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, as elites e a nova unidade federativa têm de reformular suas estratégias político-econômicas de maneira a compensar a perda de todo o equipamento trazido pelos serviços federais. Porém, estas ações não funcionaram e o que aconteceu na verdade, foi uma grande desorganização espacial e a diluição de sua economia, evadindo para o exterior e para outros estados da federação, parte considerável de seu capital.

Um dos fatores que causaram este estado de coisas, segundo se pode aferir, foi a existência de um conflito entre dois interesses: neste caso, por um lado, os da elite fluminense que não se preocupava com os interesses locais, e de outro, os interesses de grupos preocupados estritamente com o poder local.

Acerca ainda da manutenção de poderes, a passagem do “coronelismo” ao “chaguismo” em parte, significa que o segundo não é uma anomalia no campo político carioca, mas sim, a consequência do primeiro ou uma síntese das características impostas ao campo político na República Velha que de uma forma ou de outra vieram se perpetuando inseridas na dinâmica do processo histórico. As semelhanças encontradas não só nos objetivos políticos como também na forma de conduzir os meios, valida os fatores que servem para dimensionar o cenário desta política carioca que nunca deu ao povo o que lhe é de direito.

A exemplo disso, o chamado “Grupo Triângulo”, formado por Augusto Vasconcelos, Raul Barroso e Felipe Cardoso, que dominava o campo político da Primeira República, também chamada de República Velha (1889-1930) aliciando pessoas influentes na Zona Oeste do Rio de Janeiro, definia as eleições no âmbito federal e municipal articulando interesses pessoais e trocas vantajosas para quem, em prol das suas ambições, fizesse vencer seus candidatos, assim como viria a fazer Chagas Freitas e seu Grupo do jornal O DIA, os quais articulavam seus interesses com outras lideranças locais, transformando as benesses adquiridas pelo povo em verdadeiras “dádivas”.

São testemunhas dessas práticas, as peripécias do vereador Miécimo da Silva, do grupo de O DIA que distribuía “bicas d’ água” pelo sub-bairro do Mendanha, Campo Grande e outras áreas da Zona Oeste, também transformando lideranças locais em cabos eleitorais e arrebanhando grande quantidade de votos.

Esta dissertação é basicamente composta de três capítulos e seus respectivos sub-capítulos:

O Primeiro capítulo deste trabalho traz a discussão sobre os conceitos de **clientelismo**, **coronelismo**, e **mandonismo**, que são utilizados muitas vezes como sinônimos, mas que guardam entre si especificidades. José Murilo de Carvalho, inclusive, observa que devido à enormidade de teses e trabalhos sobre poder local e nacional, o rendimento tende a cair e aumentar a redundância em torno dos mesmos temas, o que em sua opinião criaria, imprecisões conceituais.

Como a questão central é o **clientelismo**, o estudo de Eli Diniz sobre o tema, será de grande importância. Outro ponto importante são as questões inerentes ao **Grupo Triângulo**, elemento que ganhou relevância como um dos grupos políticos locais que disputavam com outros grupos políticos, dentro da antiga capital federal, a hegemonia, no quadro político, da cidade, e o controle sobre atributos advindos do Estado.

Esta dinâmica de imbricação das políticas local e federal acaba concedendo maior poder, no ponto de vista clientelístico, às lideranças locais e aos políticos profissionais. Sendo que no decorrer do processo histórico essas práticas levariam a uma estrutura mais bem elaborada: a máquina chaguista.

O segundo capítulo trata do **Mendanha**, sub-bairro de Campo Grande, bairro da Zona Oeste, que junto a Santa Cruz e Guaratiba compõem o chamado "triângulo carioca". Campo Grande traz a característica da centralidade, e é referência na região da Zona Oeste, sendo suas lojas e *shoppings*, procurados pelos moradores dos outros bairros.

O Mendanha hoje ainda, mantém características rurais diferentemente do centro urbano de Campo Grande. Este sub-bairro revelou-se uma fonte privilegiada de informações sobre o período do governo Chagas Freitas, tendo como personagem – fazendo ainda nos dias atuais parte do imaginário local – o vereador Miécimo da Silva, conhecido como "o vereador das bicas d' água".

O terceiro capítulo é voltado para a **importância econômica e política das águas**. Para o papel geo-sócio-político dos rios e sua importância para a cidade do Rio de Janeiro, que tendo nascido dentro dos charcos e lagoas recebeu a alcunha de “A cidade flutuante”. Assim devido à dificuldade de estabelecer uma política sanitária eficaz, a falta de saneamento vai ocasionar doenças e a água potável irá se transformar em um bem precioso, e será usada politicamente para angariar votos.

CAPÍTULO 1 – Dos homens

O clientelismo como categoria analítica.

“Tenho fazenda de gado,
tenho grande agricultura
e é à custa do agregado
que eu faço grande fatura,
toda vida eu me preparo
para sempre vender caro
e sempre comprar barato
e o voto dos moradores
que são os meus eleitores
eu vendo ao meu candidato”

Patativa do Assaré

1.1 Conceito

Esta parte do capítulo trata de esclarecer questões que definem o clientelismo como uma categoria analítica das ciências sociais. Será utilizada como base bibliográfica as obras tomadas como referência neste tema, a saber: “Voto e Máquina Política: Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro” de Eli Diniz (1982), bem como, os trabalhos do sociólogo José Murilo de Carvalho, “os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República

que não Foi” (1987) e o artigo “Mandonismo, coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual” (1997). Além destes autores contamos também com a discussão sobre esta temática de Carlos Eduardo Sarmiento contida nos textos “No balanço das redes: o individual e o coletivo nas relações clientelistas”(2001) e “A tradição Reconfigurada: Mandonismo, Municipalismo e Poder Local no Município de Nilópolis e no Bairro da Rocinha na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, tese de doutoramento de Paulo R.S. Baía (2006).

As obras selecionadas para análise respaldam conceitualmente o objetivo principal deste trabalho, centrado na análise das tradições do poder local frente ao fenômeno do clientelismo no sub-bairro do Mendanha em Campo Grande na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro.

Além disso, tais referenciais teóricos também esclarecem as questões que dizem respeito à gênese do clientelismo como prática política na sociedade brasileira após a implantação da República. Assim sendo, inicialmente, este primeiro capítulo trata de contextualizar fatores determinantes no cenário político brasileiro que propiciaram a implementação destas práticas políticas em convivência com o discurso e as práticas liberais¹ que sustentaram ideologicamente a emergente República proclamada.

O clientelismo faz parte de um sistema de exploração e dominação, como coloca Eli Diniz, que o define como um instrumento utilizado pelas classes dominantes para solucionar os problemas de manutenção do poder, fazendo conciliações entre interesses privados e interesses de Estado, de forma a integrar a esfera privada à esfera estatal. Desta maneira, a eficácia deste instrumento consiste em aplacar os conflitos implícitos na esfera social, estivessem eles latentes ou manifestos diante de uma estrutura que na realidade não atende aos interesses da maioria. O clientelismo se concentra no processo de manutenção do poder, na luta pela permanência de uma dada “dinastia” na esfera política que objetiva

¹ No que diz respeito às práticas associadas a Democracia Representativa e suas instituições.

exclusivamente preservar seus interesses político-sociais. Em síntese, o clientelismo opera com a idéia de eficácia ao voltar-se para a conciliação de interesses, em princípio, inconciliáveis do ponto de vista social, mas que do ponto de vista político apresentam-se conciliados, neutralizados por tal prática.

1.2 O clientelismo: o voto e os partidos políticos.

Neste tópico analisa-se a relação do clientelismo com as instituições democráticas, ou seja as relações da máquina clientelista com a dinâmica daquelas que em tese fundamentam-se no princípio da representatividade. Na realidade, o clientelismo, ao se apropriar de mecanismos destas instituições as fazem preservarem-se na forma e, no entanto as destroem no conteúdo. Toma-se como elemento inicial para esta análise, o voto.

Na relação clientelista, o voto deixa de ser um direito do cidadão livremente exercido na coisa pública, e se transforma em moeda de troca. Estabelece-se assim, uma transformação na relação do indivíduo com os direitos sociais. O que anteriormente pressupunha um direito adquirido torna-se uma mera forma de pagamento ao “favor” concedido pelo político. O favor, como operação bem organizada, é a forma de privilégio que impulsiona a máquina clientelista, é uma ação que leva o aparato institucional democrático a se manifestar como o ápice da demagogia.

O partido político se estabelece como outro elemento de análise frente ao “desmantelamento” das instituições democráticas causado pelo clientelismo. Os partidos políticos são mediadores da relação entre a população e o poder. Assim sendo, exercem um papel de centralidade na estrutura institucional da democracia representativa. O princípio da soberania popular está assentado na idéia de representatividade emanada por estes partidos. Conforme Eli Diniz, o clientelismo que permeia o partido elimina a possibilidade de frentes intrapartidárias, que

retardam a dinâmica do processo de decisão, fazendo com que um pequeno grupo dominante controle os mecanismos de inserção de novos filiados, resumindo, as organizações partidárias não cumprem as suas funções de âmbito democrático.

Soma-se o fato de que o funcionamento da máquina clientelista, subverte as práticas sistemáticas das ações impessoais no interior do funcionalismo público, já que em lugar destas regras, que o exercício do cargo exige, o agente público abre mão desta racionalidade burocrática em troca de promoção e proteção.

Na prática a lógica democrática é invertida pelo clientelismo que coloca o Executivo acima do Legislativo, na medida em que suprime seu papel precípua de controlador e representante real da população. Nesta direção, o clientelismo neutraliza o processo democrático em princípio proposto pelas idéias republicanas. Para o político clientelista sua atuação bem sucedida, no processo eleitoral, não é atribuída à sua atuação como parlamentar, pois sua atuação política define-se através de outros parâmetros que priorizam o beneficiamento pontual junto às questões de demanda popular, com a consciência de que tais ações serão revertidas em votos. Deste processo resulta a incompatibilidade do clientelismo com as funções reguladoras do poder legislativo.

Desta forma, o clientelismo subverte o Direito. Assim a máquina clientelista não encontrará nenhum obstáculo que a possa impedir de alcançar seu objetivo último, ou seja, a privatização dos instrumentos de poder que a coletividade, em teoria, centraliza nas mãos da autoridade pública.

1.3 Mandonismo : uma questão

Para entender a questão da cidadania no Brasil devem-se levar em conta problemas históricos que marcaram profundamente a cultura política brasileira. O mandonismo, o coronelismo e o clientelismo são marcantes na trajetória que se impõe ao longo de toda a discussão sobre a construção e origem da dinâmica sócio-político-cultural e econômica do país. Devido a uma certa tradição historicista que reivindica

um lugar onde o Brasil se periodize a partir dos mesmos marcos da história européia ou seja, com um feudalismo, uma idade média e uma idade contemporânea, os conceitos utilizados na tentativa de analisar essas etapas foram ineficazes, não deram conta e ainda hoje não explicam a complexidade do quadro político brasileiro. José Murilo de Carvalho coloca em seu texto “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”, que existe uma imprecisão que gera a inconsistência no uso destes termos, não só os supra citados como título de seu trabalho, mas conceitos mais usados como feudalismo e patrimonialismo pois, são complexos e de difícil emprego. Assim, a República percebida vagamente, é incorporada sem que seja avaliada tanto a força de estruturas locais de mando, como o impacto do capitalismo em consolidação.

Vitor Nunes Leal em 1948, certamente, é o primeiro a utilizar o conceito de “coronelismo”, empreendendo aí a análise do poder do “coronel” no sistema e na estrutura em que desaguavam as relações de poder promovidas na Primeira República. Na verdade, segundo Leal este conceito é datado historicamente e usado para entender a confluência de um fato político com uma conjuntura econômica, ou seja, o federalismo naquele modelo capitalista que se firmava com características próprias. Os fazendeiros que aos poucos iam perdendo suas riquezas junto com o seu prestígio, recorriam ao Estado revelando uma nova relação de forças entre proprietários rurais e o governo. E isso significava a intensificação do poder do Estado e a força política do coronel no município de 1889 até 1930. Resumindo, o coronelismo é então um sistema político nacional, baseado em barganhas, entre o governo e os coronéis.

O mandonismo já não é um sistema. Esse conceito aponta para um estilo de poder exercido por um indivíduo em uma dada localidade; pode ser o chefe ou o coronel. Embora esteja presente desde o início da colonização sua figura permanece em vigor nos dias de hoje. O Clientelismo por sua vez se caracteriza pela sua amplitude, pela relação recíproca entre atores políticos. O Mandonismo e o Clientelismo atravessam a história do país, e podem ter maior ou menor força de acordo com os interesses pessoais.

O mandonismo, o clientelismo, a violência e a ética do favor são componentes vitais para a configuração da idéia e do conceito de cidadania enquanto paradigma de ação política na sociedade e no Estado brasileiro em todos os seus níveis e poderes, destacando-se ainda que estes se apresentam de forma acentuada nos municípios pequenos, nos bairros periféricos metropolitanos e nas favelas do Estado do Rio de Janeiro. (Baía, 2006).

Portanto, a análise do conceito de "mandonismo local" é fundamental para esta pesquisa. Assim sendo, para um maior aprofundamento deste conceito seguimos as reflexões de Paulo Rogério Santos Baía, e as elaborações feitas por Maria Isaura Pereira de Queiroz na sua obra intitulada "Mandonismo local na vida política do Brasil - da colônia à 1ª República" (1956).

Em meados do século XX, a autora se debruça sobre o fenômeno do mandonismo local, pontualmente no período que compreende a Colônia e o Império. Tal fenômeno, de acordo com sua obra deveu-se fundamentalmente "à permanência de uma estrutura social baseada no latifúndio e no que se poderia chamar de 'família grande'" (Queiroz, 1956: 253). Por outro lado, considera, que:

"(...) paralelamente ao mandonismo, veio se desenvolvendo também um poder central" - que durante a primeira república começou - "a se desvencilhar do coronelismo e a constituir uma força independente com a qual é preciso contar; chega mesmo a um equilíbrio de forças, e governo central e mandões políticos tratam-se de potência a potência" (Queiroz, 1956: 253).

Mesmo a partir da Revolução de 1930, quando o poder central começou a se tornar dominante, não era excludente o apoio dos chefes locais e regionais para a elaboração e a implementação de políticas públicas. Na linha do que se vem afirmando os chefes locais se beneficiavam em seus locais de origem em troca do apoio que davam ao executivo. Deve-se afirmar que outras vezes esse poder local aderiu à luta pela descentralização empreendida por certos estados.

Os conceitos de mandonismo, clientelismo e coronelismo, vêm sendo abordados sob as mais diversas perspectivas, conceitualmente elaborados e reelaborados a tal ponto que acabam por perder grande parte da sua substância como categorias analíticas explicativas. Nesse sentido considera José Murilo de Carvalho que:

“Há momentos, no entanto, em que o acúmulo de pesquisas passa a ter rendimento decrescente porque as idéias começam a girar em roda, sem conseguir avançar devido a confusões ou imprecisões conceituais (...). Há imprecisão e inconsistência no uso de conceitos básicos como mandonismo. coronelismo. clientelismo. patrimonialismo. feudalismo.” (Carvalho. 1997:229)

Na continuidade do texto acima reproduzido, o autor faz uma importante e prudente recomendação: “Nesses momentos convém parar para a revisão e tentar esclarecer conceitos e teorias ” (Carvalho. 1997: 229).

Observando as relações de poder, a dinâmica social da interatividade sociabilizada do binômio mando/obediência e o sistema de trocas simbólicas via ação governamental na Zona Oeste do Rio de Janeiro, observa-se que o clientelismo repousa sobre trocas assimétricas de bens, basicamente relacionadas ao acesso e à exclusão de bens e serviços. Dessa forma, as relações políticas seriam, na verdade, essencialmente clientelistas sempre que as trocas envolvidas fossem assimétricas.

De toda sorte, há que não se perder de vista, como observa Paulo Baía (2006), a existência de uma relação dialética entre o clientelismo e o mandonismo, ou seja, as condições estruturais que possibilitam a prática clientelista ensejam o surgimento do mandonismo em toda a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. A ineficiência do Estado em prover as demandas sociais no atendimento básico à população da Zona Oeste em espaços públicos de negociação e conflito, entre outras práticas, se

consubstancia no terreno fértil, fundamental e necessário para ocorrência do clientelismo clássico.

Dessa forma mostra-se funcional e pragmático o entendimento do conceito de “máquina política” segundo o trabalho de Eli Diniz, onde a máquina política tem um direcionamento específico e focado, expressando formas antiéticas, corruptas, criminosas, etc. de organizações políticas, em contraste com os partidos e agremiações político-ideológicas, que agem e militam de forma legítima em suas ações; na conceituação que visualiza as organizações políticas como duradouras, permanentes, efetivas e hierarquizadas, com papéis de chefia e militância de base definidos e integrados por atores políticos disciplinados, que se auto-definem como uma máquina política.

No presente trabalho, os conceitos de mandonismo e clientelismo são chaves para a análise do jogo das relações sociais e o entendimento dos conflitos que têm curso entre formas tradicionais e emergentes de exercício do poder local.

“Ora, qualquer noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual. No caso do clientelismo político, tanto no de representação como no de controle, ou burocrático, para usar distinção feita por Clapham (1982), o Estado é a parte mais poderosa. É ele quem distribui benefícios públicos em troca de votos ou de qualquer outro tipo de apoio de que necessite”. (Carvalho, 1997)

Nesta perspectiva indicada por José Murilo de Carvalho, o poder da localidade e o poder municipal são instâncias obrigatoriamente necessárias para o exercício da patronagem política, do mandonismo e do clientelismo.

Segundo Vitor Nunes Leal, um dos primeiros órgãos de administração pública e de representação política no país, é a Câmara Municipal, que constitui a base da vida pública brasileira compondo suas primeiras estruturas políticas em um país colonizado, cujas trajetórias e evolução histórica das suas instituições políticas se reportam aos avanços

e retrocessos da sua história em direção à centralização ou à descentralização política, à autonomia ou limitação de autonomia das instituições e à aproximação ou ao afastamento do experimento democrático.

A importância do poder local para a democracia política é que ele reflete uma situação real e uma cultura política, ainda que lute contra elas. Embora a doutrina reze que a sorte da democracia se joga no nível em que o poder está mais próximo do cidadão, o senso comum desconfia que não é aí que as coisas "realmente importantes" se decidem e não percebe que elas são realmente testadas onde é mais difícil mudar. O resultado é que as Prefeituras e Câmaras de Vereadores são as instâncias de poder mais opacas e menos expostas ao controle público e, nessa medida, se tornaram um natural refúgio do banditismo político, seja pelas negociatas que propiciam, seja pelo poder de chantagem que detêm.

As instituições políticas permeadas pela estrutura política local, remontando ao período que a Câmara Municipal, base da vida pública brasileira, compõe a estrutura política em seus primeiros momentos e é fundamental para entender o poder da localidade, e é uma instância importante para ao exercício da patronagem.

Os municípios estão circunscritos a poderes que são entraves a políticas proporcionadas pela democracia que carece de adentrar em suas cercanias. A constituição de 1988 é exemplo da necessidade de romper com os poderes locais, mas existe uma questão fundamental que mantém historicamente o Estado no papel do "ruptor": o Estado cria acalorados debates acerca de seu papel, pois dentro de uma democracia liberal, ele não é bem-vindo, seus poderes não deixam fazer fluir o mercado e a interdependência Município e Estado deveras dificulta a implantação das instituições liberais democráticas.

Existe um consenso no que diz respeito ao fato de o município fortalecer os poderes locais, mas apesar de recorrente, o discurso da descentralização do poder do Estado apresenta-se de forma contraditória no Brasil conforme as colocações de

Oliveira Vianna, e sua análise histórico-cultural do nosso fazer político². Devido aos nossos aspectos culturais tradicionais seria praticamente impossível estabelecer as instituições liberais sobre esta estrutura .

Partindo de uma análise com um viés chamado pelo próprio autor de "culturoológico", tendo como base as estruturas políticas municipais, Vianna investiga os antecedentes históricos e a "influência subconsciente dos usos e costumes tradicionais da nossa vida local". Ressalta o que ele próprio denomina de "fracasso ou inexecução das instituições políticas vindas de importação ou de pura inspiração ideológica", e, ainda, salienta as dificuldades para a implantação das instituições democráticas liberais no país, quando afirma que "não era fácil impor-se a um povo uma nova modalidade de comportamento político". (Vianna, apud Oliveira, 2004).

Oliveira Viana entendia essa questão da importação de idéias e ideais como uma

"impossibilidade prática de se instalar no Brasil um Estado Nação no 'puro estilo inglês ou americano', assentado sobre 'bases populares e democráticas'. Nesse sentido, o município é visto como a primeira estrutura local do novo Estado Nacional de base democrática, que o autor identificava no Império brasileiro" (Oliveira, 2004).

Esse cenário e as condições descritas imprimiam um traço cultural na política brasileira na qual predominavam o privatismo, o patrimonialismo, a violência, o individualismo e o personalismo.

Analisando a obra de Vitor Nunes Leal observa-se que as bases que patronato e o personalismo criaram no município e motivaram o estabelecimento de condições onde a instituição se aloca em um cenário que marca a disputa pelo poder por autênticos chefes de clãs. Oliveira Vianna também irá entender a impraticabilidade da intenção de um Estado-Nação nos moldes Americano e Inglês.

² O.F. Oliveira apud Paulo Baía (2006)

“O motivo privado ou privatista se constituía na marca da disputa pela conquista do poder municipal. Motivo identificado com o interesse pessoal dos "chefes de clãs", uma vez que essa motivação consistia na força inspiradora dos "clãs eleitorais", formadores dos partidos políticos, vistos como "simples organizações de interesse privado com funções no campo político". (Oliveira, 2004)

Complementando esse quadro, buscamos um entendimento para a questão do estamento burocrático, por meio do qual "Raymundo Faoro revela a contradição entre o processo de modernização do país, cujas bases são instituições 'anacrônicas" e comandadas por um 'estamento burocrático". Este funda-se num sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado, que nem mesmo a pressão da ideologia liberal e democrática conseguiu quebrar, diluir ou desfazer" (Raimundo Faoro apud Oliveira, 2004). Esse estamento burocrático se faz presente mediante um "quadro administrativo e estado-maior de domínio característico do patrimonialismo, em que uma minoria comanda, disciplina e controla a economia e os núcleos humanos" (Faoro, 1976: 203).

Finalmente, sobre os conceitos centrais do presente estudo, observamos as análises de Vítor Nunes Leal sobre o coronelismo, no que diz respeito à chefia local e ao mandonismo, já que o "favor pessoal" se reveste de instrumento de dominação política, chegando a resvalar muitas vezes para a extralegalidade. Consoante tal lógica, "para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora" (Leal, 1986: 38-9).

De forma sintética, temos um sistema de compromissos que se desdobra em duas faces: o filhotismo e o mandonismo, nos quais, respectivamente:

“O Filhotismo reside no favoritismo em relação aos amigos do governo, com fechamentos dos olhos para as mazelas de seus apadrinhados políticos,

contribuindo, assim, para a desorganização da administração municipal, sob a "vista grossa" dos governos estaduais, ainda mais quando se considera o despreparo técnico dos parentes e amigos e a utilização do dinheiro, dos bens e dos serviços do governo municipal nas campanhas eleitorais, entendidas como verdadeiras "batalhas eleitorais". Já o "mandonismo" se manifesta na perseguição aos adversários da situação, num permanente clima de hostilidade". (Oliveira, 2004)

As instituições democráticas modernas estão sustentadas em bases anacrônicas onde a minoria controla e rege toda a economia. Segundo Vitor Nunes Leal, o filhotismo está presente em torno do governo e em todos os amigos que o cercam. Está no Município desorganizado e na sua administração. O Estado fecha os olhos para as trocas e as imposições destes que são gerados nas entranhas da corrupção local, a administração perde sua característica principal a impessoalidade e se afunda na falta da técnica garantida pelas relações de parentesco, onde o dinheiro é o sustentáculo e elemento agregador da malha social. Quem não pactua com tal lógica enfrenta perseguição.

1.4 Práticas clientelistas: Do coronelismo aos “novos tempos”.

Na dinâmica do processo histórico brasileiro os poderes das elites foram marcantes e serviram de base para a implementação do poder de grupos tradicionais que defendiam os privilégios sempre contornando a prática democrática.

A ordem colonial que estruturou toda a oligarquia que dominava a economia é a base da mecânica que movimenta a máquina que mantém o nosso Estado ainda refém do forte domínio da economia agro-exportadora alicerçada na grande propriedade e nas relações de subalternidade do trabalhador.

A presença da política oligárquica é um traço contínuo na história do Brasil e representa a base para a estrutura de dominação, com os seus agentes tradicionais defendendo direitos, privilégios e posições de mando, não permitindo a democratização do poder.

A chamada República Velha se caracterizou pelo forte poder das oligarquias. A função política principal do governo central foi o de arbitrar as disputas entre as elites agrárias regionais. Os setores agrários passaram a exigir a intervenção do Estado como solução de seus problemas e impuseram seus interesses como interesses da Nação atuando de forma a conferir ao Estado o status de ator político privilegiado.

Destaca-se a estratégica habilidade das elites rurais em mudar para conservar, controlando as mudanças e neutralizando as insurreições. A conciliação era imposta como um mecanismo regulador de conflitos. O Estado aparece como um personagem importante na economia brasileira antes que outros setores sociais se apresentassem como um real desafio para os interesses agrários. Ao Estado as oligarquias agrárias conferiram, além de uma função estratégica no nível da economia, o papel de agente promotor da sujeição das classes populares.

A conservação do poder foi possível, devido as coalizões e alianças setoriais, largamente utilizadas, ocupando o cenário nacional, apesar das transformações em curso na sociedade brasileira. As elites agrárias demonstraram grande capacidade de adaptação às mudanças entrando em profunda sintonia com as elites industriais.

As elites agrárias provenientes da cultura do café e protagonistas do período de acumulação primitiva de capital no Brasil traziam consigo o embrião da indústria que nascia junto aos interesses dos latifundiários. A burguesia industrial na Primeira República estava ligada ao desenvolvimento da economia cafeeira e encontrava entraves em seu avanço pelos limites que a economia agro-exportadora lhe impunha (Souza, 1976). Com interesses próprios, a indústria não chegou a oferecer, assim, um projeto hegemônico alternativo à sociedade agro-exportadora. A burguesia industrial tinha considerações sobre esta política mas não criava nenhum entrave, não haviam profundas diferenças entre latifundiários e burguesia industrial no período, que causasse conflitos entre classes.

Fazendeiros exerciam ao mesmo tempo os papéis de banqueiros, industriais e exportadores. As relações no seio das oligarquias não apontam para a crise política pré 1930, existia a redefinição ao longo do tempo dos poderes oligárquicos. A queda da República Velha e o enfraquecimento da cultura dos coronéis não foi resultado de uma contradição a nível da produção e nem da ação de setores industriais emergentes. Não houve problemas mais sérios na passagem de poderes das oligarquias dominantes.

A República Velha não incorporou elementos associados ao pluralismo democrático. Existiam limitações para participar da esfera política. O controle sobre a cooptação dos agentes políticos era muito rígido e o autoritarismo não dava chances aos mandatários e caciques políticos para possíveis oposições. A troca de favores e a lógica da reciprocidade e da lealdade facultava ao político o arrebanhamento dos votos.

No fim da Primeira República, o Estado tinha um papel estratégico, que era o de regular a entrada de novos elementos na cena política e de exercer um controle tutelar sobre a economia. Os fazendeiros despendiam esforços no intuito de conseguir que o Estado servisse aos seus interesses, criando as bases para o crescimento da esfera pública e do aparato estatal numa ordem descentralizada.

Ao final da primeira república em 1930 a crise que se instalou foi resultado do processo político que conferiu a certos setores a não participação do jogo político, isto é elites dissidentes e setores das classes médias e populares reivindicavam abertura no arranjo político tradicionalmente estabelecido, Estes setores criaram fortes questões e desestabilizaram o poder da oligarquia tradicional.

O forte poder ditatorial implantado após a revolução de 30, mais precisamente em 1937, com o Estado Novo, se estendeu até 1945 onde as elites assistiram uma nova coalisão de forças, mas sem profundas mudanças estruturais. Os setores agrários continuavam dominantes com novos setores agregados que não propunham mudanças significativas na economia sobrando para o Estado o papel

de agente modernizador promovendo mudanças sem quebrar com as estruturas do tradicionalismo brasileiro.

Nenhuma mudança significativa marcou o setor do trabalho no campo, as relações continuavam sem avançar, remontando o período da República Velha. Não houve nenhuma mudança importante que tivesse ocorrido nas relações de trabalho no campo e no sistema de propriedade, o poder local dos fazendeiros ficou intacto, o que possibilitou a continuidade da dominação tradicional, embora o setor urbano-industrial tenha se tornado cada vez mais importante, paulatinamente constituindo-se no elemento mais dinâmico na economia nacional.

O regime instaurado em 1930 provocou alterações sensíveis no sistema político. Reorganizou as vias de acesso ao poder federal, impulsionou uma gama de mudanças substanciais, seja no âmbito político como no ideológico e concretizou uma forte tendência centralizadora no aparelho estatal, cujas sementes já se encontravam lançadas no período anterior, retirando o caráter extremamente regional da Primeira República. Ao mesmo tempo, o governo central imprimia uma direção nacionalista e industrializante na política econômica. Uma das questões centrais era enfrentar e desmontar o monopólio político nos estados, formalizado nos Partido Republicano.

Os interventores, designados pelo governo federal, agiram em consonância com o poder local, efetuando, no máximo, a substituição de facções oligárquicas. A demolição da velha ordem processou-se, sem reformulação essencial da estrutura econômico-social anterior e realizou-se tanto pela substituição das elites, sem que os setores emergentes na cena política se constituíssem em contra-elites, como pela justaposição das novas elites às antigas.

A organização política do país não chegou a se alterar, na sua essência, com o novo regime, na medida em que as hierarquias de comando permaneceram praticamente intactas, nos níveis local e regional. Uma parcela significativa dos governadores e prefeitos à época da Revolução de 1930 continuaram nos seus

postos. O Estado Novo, com vigência entre 1937 a 1945, foi, também, a exemplo da Primeira República, um sistema elitista, com características específicas, destacando-se o fato de os quadros institucionais instaurarem-se através de um “Estado apartidário, com um mínimo de contestação e confrontos políticos”.

O novo regime, instaurado entre 1937-1945, com uma nova situação partidária, encurralou as elites agrárias, sob o sistema de interventorias e viabilizou o avanço das forças anti-oligárquicas. Contudo, sem tocar nas bases de sustentação da ordem capitalista em transição - as relações de trabalho no campo, por exemplo, continuaram intocadas - realizou a mudança sem abalar a estrutura do sistema. A marca do período foi o Estado centralizador, guardião das posições econômicas dos grupos tradicionais, ao mesmo tempo promotor da marcha dos setores ascendentes, particularmente a burguesia industrial. Concretizou-se, na verdade, um arranjo para institucionalizar o confronto entre os grupos dominantes já que, novamente, nenhum deles logrou representar um projeto dominante de desenvolvimento político e econômico.

Em 1945, com a queda de Getúlio Vargas, o sistema partidário foi restabelecido, com os Partidos livres para se organizar legalmente e participar das eleições. Entretanto, os Partidos emergentes surgiam como representantes do sistema pré 1930, de caráter regional e oligárquico, sob a égide de um governo federal centralizado. A criação de Partidos nacionais, bem como as disposições sobre a representação partidária são elementos constitutivos de uma ordem que se pretendia centralizada, no sentido de resguardar o quadro político nacional de interferências locais e regionais tão características no período anterior.

A questão política, nos anos 1945 -1964, caracterizou-se como um jogo político entre a política dos Estados e a extensão da cidadania a grupos cada vez mais crescentes e diferenciados, como as categorias ligadas à administração e os profissionais liberais, ressaltando-se o fato de que a ascensão dos novos estratos na cena política deu-se pela participação no aparelho de estado, através do voto, dado que a dominação de base perdurou durante o período (Souza,1976).

Assim é que, no que diz respeito à evolução do sistema político, a extensão da cidadania é significativa através da participação eleitoral. Comparada ao período anterior a 1930, caracterizado por uma débil participação, houve relevantes alterações na composição do eleitorado. Por um lado mudanças conseqüentes de medidas formais como a abolição do voto censitário e a inclusão do voto feminino e, de outro, por mudanças sociais, como, por exemplo, a gradativa queda do analfabetismo no país, responsável por mudanças fundamentais no eleitorado.

Mesmo com a redemocratização pós 1945 a política oligárquica continuou basicamente a mesma. A elite que comandava o regime deposto permaneceu, não havendo substituição radical dos grupos anteriores. As únicas mudanças foram a entrada de uma classe média na política eleitoral. Não havendo participação política dos setores populares, os mesmos não aguçaram seus sentidos para a política, continuavam cativos de uma política de elites, onde só as classes mais elevadas se filiavam. Em outros termos, não se concretizou a entrada de indivíduos ou setores das classes populares, seja na ocupação de cargos políticos ou na representação de seus interesses. O período foi caracterizado por uma política dominada, em grande parte, por uma elite composta fundamentalmente de indivíduos com extração de classe mais elevada e que, ao longo do tempo, não se fizeram representantes dos interesses populares.

A educação pública e a urbanização marcaram este período e a partir da década de 1950 se tornaram fortes o bastante para elevar o aumento do eleitorado. No entanto, a urbanização não neutralizou as diferenças regionais e o setor rural que não foi contemplado pelas inovações e onde morava a maior parte da população desde 1960, continuava a ser alvo do mandonismo e coronelismo, em contraste com a participação do eleitorado urbano. (Souza, 1976).

Com o fenômeno do Populismo, uma verdadeira democracia de massas não chegou a ser realizada. Uma das características do sistema de representação política do período é ter sido o sistema partidário condicionado pela expansão da cidadania às classes populares pela via eleitoral e por eleições cada vez mais

competitivas, no bojo de uma estrutura decisória marcada pela centralização de decisões nas mãos de uma burocracia estatal, exercida com autonomia significativa frente aos Partidos políticos (Souza, 1976).

A redemocratização do país em 1945 culminou com as eleições para a Presidência da República e para os deputados constituintes, estaduais e federais. Em 1947 houve eleições para os governadores dos Estados, Prefeitos e Vereadores municipais. Entretanto, a restauração democrática em 1945 não produziu uma substituição radical dos grupos de poder, embora exigisse uma reformulação político-institucional. Desse modo, se em 1945 foi deposto o presidente Vargas, manteve-se na liderança do processo de redemocratização do país a mesma elite política que comandava o regime deposto. Sob sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a formulação da Carta Constitucional, que deixou praticamente intacto, em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo. (Souza, 1976).

Assim sendo, observa-se que existe um consenso na literatura de que uma política democratizada não sucedeu a política oligárquica, com a entrada e participação ampla das classes e setores privilegiados. No que tange ao processo eleitoral, as principais mudanças referiram-se à entrada, em peso, das classes médias no processo eleitoral e de uma participação crescente das classes populares. Em termos da representação política, não se verificou uma participação significativa dos setores populares, que tinham, ainda, seus interesses representados por parlamentares com filiação de classe bem mais elevada.

A distribuição das terras Brasileiras passava pela mão de uma elite que há muito tempo articula. O modelo de política clientelista, que remonta o mandonismo nos dias de hoje, passa por uma ausência de políticas para as classes mais pobres. Os loteamentos serão repartidos de maneira que seja visado apenas o lucro dos empresários. As necessidades básicas como: saúde, transportes, comércio e ensino não serão a princípio, consideradas, garantindo aos políticos futuros, geralmente descendentes de famílias tradicionais ou agregados, suas obras eleitoreiras, submetendo toda uma população aos políticos locais.

A democracia representativa sobre os moldes liberais começa com a República, que segundo José Murilo de Carvalho, não contou com a participação popular e diante deste aspecto, fez com que o povo viesse a assistir “bestializado”³ a mudança dos sistemas governamentais. As antigas forças locais logo se reestruturaram, continuando a empreitada, pela manutenção do poder.

1.5 Coronelismo, clientelismo e chaguismo: considerações

No texto de Victor Nunes Leal, o sistema coronelista em seu modelo clássico se dá com o coronel exercendo seu poder no meio rural e seus doutores advogados e médicos, fazendo a interlocução com o centro urbano, garantindo assim sua clientela e os negócios com os fornecedores, pois estes detinham conhecimentos que o coronel muitas vezes não podia obter. O coronel também rompia barreiras encontradas para a entrada de seu pessoal acadêmico, pelo apadrinhamento, pelo dinheiro e pela tradição. Algumas vezes o padre é que se apresentava na condição de intelectual negociador, até para garantir a boa moral do coronel. O favor nestas formas de clientelismo, é o meio de garantir o privilégio nestas relações de reciprocidade.

O doutor, principalmente o médico, intervinha no núcleo familiar. Segundo Jurandir Freire Costa, é ele que levará os princípios higienistas às casas tanto das elites como da população mais pobre, e através do discurso, evidenciará seu poder perante os patrões e a família. Sendo que o controle sobre os indivíduos de grupos sociais primários, será de grande importância, impingindo regras de comportamento e disciplina. O médico será elemento importante para a transição do ‘ruralismo’ , do poder dos senhores, para um família mais urbana e pequeno burguesa:

³ CARVALHO, José Murilo de. “Os Bestializados”

“O ruralismo comportamental , (...) tornou-se para o indivíduo urbano sinal de conservadorismo político e reacionarismo social. A reforma higiênica dos costumes mudou a fisionomia da conduta masculina(e feminina), integrando-a na nova política” familiarista”⁴ .

O clientelismo, tanto no chamado “coronelismo”, que marcou a Primeira República, como nos dias de hoje, ocorre dentro de uma lógica de “destruição sistemática das instituições que configuram a ordem republicana democrática da associação estatal”⁵. Esta deformação se dá quando se faz necessária a instituição “voto”, como moeda, ou o pagamento do político. O partido político toma a vez da “máquina”⁶ que garantirá a sobrevivência dos apadrinhados perante o Estado.

O chaguismo⁷ será uma forma mais elaborada de clientelismo, e por consequência, uma espécie de renovação do sistema coronelista. Segundo Eli Diniz o chaguismo:

“Elimina a competição interna , oligarquiza o processo decisório e estabelece um férreo controle sobre os mecanismos de seleção e ingresso de novos filiados .Não sendo um partido, a máquina não cumpre as funções que a democracia imputa as organizações partidárias”.⁸

O princípio de divisão dos poderes fica a mercê da máquina, a autonomia dos poderes se nulifica fazendo as decisões serem movidas por interesses puramente pessoais .

A região que concentra os bairros de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, traz consigo uma história de troca de votos por benesses. Políticos com suas clientelas cativas, falcatruas eleitorais e outras tantas práticas que evidenciam o

⁴ COSTA, Jurandir Freire.”pag.249

⁵ DINIZ,Eli,pag.19.

⁶ “máquina política” é um conceito largamente utilizado pela Escola de Chicago ,que se refere tanto a corrupção , a fraude e a coação como conotações de natureza ética.Diniz,eli.pags.24e 25

⁷ O chaguismo, segundo Eli Diniz , máquina política montada pelo governador Chagas Freitas no Rio de Janeiro. P.17.

⁸ DINIZ,Eli. p.20.

exercício do clientelismo, o qual envolve tradição, família e propriedade assim como no coronelismo nos idos da Primeira República, e em sua variante mais moderna que chamamos de chaguismo.

Com a chegada da República e o aparecimento das novas instituições, as forças políticas se reorganizaram e o voto que caracteriza participação dos cidadãos nas decisões da coisa pública vira a moeda, símbolo da troca das novas relações de reciprocidade da democracia representativa. Segundo Américo Freire: “A capital republicana brasileira foi fruto de diferentes compromissos políticos que foram sendo montados e remontados ao longo das primeiras décadas do novo regime”⁹

Percebe-se que o Rio de Janeiro, foi palco de acirradas lutas políticas e que serviu de base para a formação de grupos que determinaram a ordenação da esfera política republicana e democrática, mas não obstante a isso, os poderes legislativos e judiciário não eram independentes e de fato havia sim um compromisso político entre eles e o município tornou-se a base dos principais grupos políticos do Distrito Federal. O PRF (Partido Republicano Federal), mantinha relações estreitas com o PRF carioca e no período do presidente Prudente de Moraes o partido controlava a maioria das bancadas, alguns acontecimentos então fizeram o PRF carioca entrar em conflito com o PRF nacional até a data da eleição do presidente Campos Sales.

A principal liderança do partido carioca era Tomas Delfino que acumulava cargos na executiva tanto do partido local como do nacional. Em 1896, houve a indicação de um outro candidato que não pertencia ao círculo de favorecimento do senador Tomas Delfino, e que fez sua carreira política em São Paulo, seu nome era Rangel Pestana do grupo de Prudente de Moraes. Foi o bastante para ser declarada a guerra entre os grupos dominantes da capital, e as articulações foram promovidas no sentido de denunciar as manobras alienígenas que nada tinham a ver com os interesses da capital e forçar o eleitorado a participar da cruzada em prol da autonomia da capital federal.

⁹ FREIRE, Américo. P.159.

Os diretórios locais partiram em defesa do homem que em sua bagagem trazia o símbolo da resistência do povo carioca na Revolta da Armada. Sua vitória, apesar dos esforços realizados com o objetivo de barrar sua candidatura, foi bastante fácil, pois contou com a força dos setores rurais e, principalmente, do chamado “Grupo Triângulo”. Na área de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, Pestana só conseguiu 14 votos e Delfino 1255, segundo as fontes de Américo Freire. Na Câmara de Deputados as lideranças do Grupo Triângulo também se firmariam. Augusto Vasconcelos, de Campo Grande e Raul Barroso, de Guaratiba, seriam os representantes da área rural do terceiro distrito. A forte coesão dos grupos atuantes na política do Rio de Janeiro estaria assim consolidada na união do florianismo urbano¹⁰ com o localismo rural. José do Patrocínio colunista do jornal Cidade do Rio já denunciava as fraudes eleitorais promovidas pelo grupo que tinha como seu líder o “Dr. Rapadura”, cognome dado por Patrocínio ao líder Augusto Vasconcelos.

Felipe Cardoso Pires, o outro integrante do Triângulo, segundo Américo Freire, foi diretor do Matadouro de Santa Cruz cargo que lhe dava visibilidade, pois era ele quem controlava o fornecimento de carne para toda a capital, assinando contratos com firmas de entregas, sem quaisquer licitações, em prol do bom relacionamento com as firmas e pela manutenção do poderio do Grupo Triângulo. De fato, o grupo foi de suma importância como núcleo estratégico das artimanhas do poder estabelecido nos primeiros anos da República.¹¹

Outra figura importante foi Cesário de Melo que em 1915 possuía uma clínica médica e também controlava o matadouro de Santa Cruz. Sua clientela era determinada pela troca de favores e empregos. Existe a partir daí uma longa tradição de influência familiar na zona oeste do Rio de Janeiro, principalmente na atual região denominada de Área de Planejamento 5 (AP5), que retorna aos primórdios da

¹⁰ Segundo Américo Freire, citando Marcos Veneu, na metrópole a polaridade “coronel –cliente” não era tão intensa quanto nas áreas rurais, mas a rede de clientelas fazia parte do jogo político da Primeira República se espalhando para as áreas urbanas.

¹¹ FREIRE Américo. Uma Capital para a República, Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do séc. XX. 2000. Editora Revan.

República carioca quando o assunto é a articulação em torno do eleitorado para a conquista da maioria dos votos .¹²

Segundo Eli Diniz, a família Alvarenga é detentora do poder político há muitos anos nos bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Desde o fim do século passado, a família destacou-se na zona rural do Distrito Federal e seus membros foram muito influentes nas atividades urbanas como o comércio. As profissões liberais dos integrantes dos Caldeira de Alvarenga dariam notoriedade e maior acesso aos eleitores. Como já foi comentado anteriormente. Os “doutores” adentram os grupos primários com maior facilidade e promovem através do discurso, o ideário da política do favorecimento.

Ainda de acordo com o trabalho citado de Eli Diniz, o jornal o Dia de 24/09/1980, traz entrevista que mostra Francisco Caldeira de Alvarenga, muitas vezes eleito vereador, como o fazendeiro que detinha o maior poder na região, congregando os demais donos de terra, reunindo os votos dos sitiantes, dos seus empregados e apadrinhados no antigo Distrito Federal. Em 1934, Manuel Caldeira de Alvarenga seria eleito deputado federal, e seu sobrinho Ari de Almeida Costa, com os votos de Campo Grande, seria eleito vereador. Por volta dos anos 60, Maurício Caldeira de Alvarenga seria eleito, deputado pelo Estado da Guanabara e apoiaria o programa de industrialização de Campo Grande como forma de superar a decadência da atividade agrícola local.¹³

Em 1974, Dilson Alvarenga será eleito pela primeira vez para a Assembléia Legislativa do novo estado do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo Maurício Caldeira de Alvarenga deixa sua carreira de parlamentar e ocupa alto cargo administrativo no Governo Chagas Freitas. É importante salientar, que os Alvarenga e Chagas Freitas foram inimigos políticos, no período da chamada República Populista (1945/1964). A

¹² SARMENTO Carlos Eduardo. Rio de Janeiro: Capital da República. In Ciclo de Palestras História da Cidade do Rio de Janeiro. 2002

¹³ DINIZ, Eli., p.106.

ligação entre Chagas Freitas e Miécimo da Silva do PSP (Partido Social Popular), remontava à década de 50 quando já competiam juntos contra os Alvarenga em busca do controle dos votos daquela zona eleitoral. A aproximação dos Alvarenga só ocorreria por ocasião da eleição de Chagas Freitas de forma indireta, para o cargo de governador do estado da Guanabara. Já em 1978, a corrente chaguista de Campo Grande, irá contar com dois deputados federais , Daniel Silva, irmão de Miécimo da Silva e Alcir Pimenta, além de dois deputados estaduais pertencentes à família Caldeira de Alvarenga.

Miécimo da Silva ajudou em muito Chagas Freitas na política da sua época, e é lembrado ainda hoje como o "Vereador da bica d' água", pois, além de outras iniciativas, tinha como princípio, colocar em quase todos os bairros bicas d' água devido à falta de fornecimento da companhia de águas da Guanabara (CEDAG) do Distrito Federal.

Para poder melhor entender o chamado chaguismo, é importante conhecer não só a trajetória política do ex-governador do estado do Rio de Janeiro Antônio de Pádua Chagas Freitas, assim como sua história pessoal. Nascido em 1914 na cidade do Rio de Janeiro foi filho de pessoas ilustres. O pai, Antônio José Ribeiro de Freitas Junior foi desembargador, e sua mãe Maria Eugênia Chagas, irmã de Carlos Ribeiro Justiniano Chagas, o famoso pesquisador da tripanossomíase ou Doença de Chagas. Todos descendentes de famílias de fazendeiros, influentes na política de seus municípios, ou seja, a cidade de Santo Antonio de Pádua noroeste fluminense, fronteira com Minas e o município de Queixada no estado de Minas Gerais. O pequeno Antônio estudou no Colégio Santo Antônio Maria Zaccaria e em 1931, ao ingressar na Faculdade de Direito do antigo distrito federal, inicia sua participação política, sendo que, se seus professores Edgard Castro Rebelo e Leônidas Rezende não o convenciam com o marxismo, o ensinavam a ver o lado realista do processo histórico:

“O percurso que se inicia em sua fase de socialização política nos bancos da faculdade de Direito percorre trilhas da política partidária do antigo Distrito federal, envolve-se com a cristalização do fenômeno da política de massas, dialoga com a radical polarização dos debates nas décadas de 50 e 60 e vivencia as profundas transformações impostas ao ambiente político pela transferência da capital para Brasília, pela instauração do regime militar, e pela fusão da Guanabara com o antigo Estado do Rio” (Sarmiento, 2002)¹⁴

Segundo Carlos Lacerda, Chagas Freitas durante os intensos debates marxistas na casa de seu mestre Leônidas Resende, era o mais comedido. Após um copo de cerveja, saía pela praia junto de seus amigos contando histórias de príncipes e princesas. O que muito fascinava Chagas Freitas nesta época era o carisma de Lênin e sua liderança. (Sarmiento, 2002).

Carlos Lacerda, mais radical, foi perseguido pela polícia de Vargas e se escondeu na casa do amigo Chagas Freitas, criando constrangimento para a família do mesmo pois, seu pai não aceitou sua presença ali, e exigiu que “aquele comunista”, saísse de sua casa imediatamente. Chagas, então, conseguiu que ele deixasse a cidade no carro de um contrabandista de café¹⁵. Em 1935, Chagas Freitas obtém seu título de Bacharel em Direito em meio ao intenso cenário político, entre outros eventos, a recondução da política de Vargas após o novo texto constitucional de 1934, avanço das massas em busca de novas alternativas, movimentos contra o liberalismo e a busca de novas formas de governo.

Como jornalista, Chagas Freitas trabalhou no diário “A Tarde”, e acompanhou os passos da ditadura Vargas, não tomando posições a favor ou contrárias ao regime, podendo assim sem problemas, ingressar no Ministério Público em 1939, ascendendo rapidamente, chegando ao cargo de procurador com apoio da força política de sua família.

¹⁴ SARMENTO, Carlos Eduardo “O Espelho Partido da Metrópole, Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): Liderança, voto e estruturas clientelistas. Tese de Doutorado, UFRJ, 2002. (mimeo).

Com a deposição de Vargas em 1945, Chagas Freitas consegue transferência para a Promotoria Pública Federal, conseguindo maior status em sua carreira no Ministério Público, ampliando seu relacionamento nos círculos civis e militares. Ademar de Barros, ex-interventor da ditadura Vargas em São Paulo, planejando a construção de um grande partido, entra em contato com Chagas Freitas convidando-o a participar do Partido Social Progressista, o PSP. Com a vitória de Ademar de Barros em São Paulo, o partido se fortalece dentro de uma diretriz assumidamente populista, que segundo o próprio Ademar de Barros correspondia a:

“Governar dando oportunidade e possibilidades a todos, amparando cada um de acordo com suas necessidades (...). Os que se separam do populismo classificam-se, muito grã-finemente de democratas. Na verdade, porém são apenas homens poderosos ao serviço de grupos poderosíssimos que julgam que o Brasil deve continuar a ser das raras nações do mundo onde existe de um lado, uma pequena minoria de milionários, e de outro, uma grande maioria de paupérrimos ou semi pobres”.¹⁶

Em 1950, apoiando a candidatura Vargas, o PSP almeja a esperada projeção nacional, e carioca, constituindo a quarta maior bancada da Câmara Municipal elegendo cinco vereadores, e dentre os mais votados, Miécimo da Silva e Telêmaco Gomes Maia, lideranças de caráter comunitário, que eram expressões da política de base local, no campo político carioca. Oficial médico da aeronáutica, Maia, conjuntamente com Miécimo da Silva representavam o nascimento de uma nova liderança¹⁷ popular do chamado “Triângulo Carioca”, região rural da cidade delimitada pelos bairros de Guaratiba, Santa Cruz e Campo Grande, com a atuação voltada para ampliação dos pontos de abastecimento de água potável da região¹⁸.

¹⁵ SARMENTO, 2002. pág .33

¹⁶ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro(1930-1983)apud SARMENTO,Carlos Eduardo “O espelho partido da metrópole”Chagas Freitas e o campo político carioca 1950 -1983:liderança, voto e estruturas clientelistas tese de doutorado em história social .Rio de Janeiro PPGHIS/IFCS/UF RJ,2002.Mimeo pág.39.

¹⁷ Miécimo será lembrado como o “vereador das bicas d’água ”pela população da região até os dias de hoje , onde muitas histórias, sobre as caminhadas até as bicas, serão contadas pelos que viveram a época , como verdadeiras aventuras.

¹⁸ COUTO, “O voto e o povo”.Ed.civilização brasileira 1966, in SARMENTO,2002. pág .43

Chagas não tinha carisma, não era de falar em tribunas, mas tinha paixão pelos votos e por isso movimentava os políticos influentes nas mais diversas localidades da capital. Outra questão o levou em direção a sua obsessão pelos votos: o fato de ter perdido a eleição para Benjamim Farah na eleição para deputado por apenas três votos ficando como primeiro suplente ao cargo.

Ademar de Barros e Chagas Freitas numa tentativa de ampliar seus eleitores compraram o jornal “A Notícia” de Cândido Campos. Com a proposta de continuar com a mesma linha editorial sensacionalista, Ademar de Barros junto ao seu novo empreendimento consolidou sua posição frente ao seu eleitorado. Chagas Freitas assume a direção do jornal após a derrota para o cargo de deputado, e em poucos meses o jornal aumenta sua tiragem, atraindo novos anunciantes e interessados na aproximação com o governo Ademar de Barros. Com o sucesso do vespertino “A Notícia”, Chagas começa a promover a vinda de outro jornal, “O Dia “ que complementaria o outro com a mesma linha editorial.

Chagas Freitas, inicialmente mantendo-se oculto, defendia através da nova publicação cotidiana, as posições do “ademarismo”, criando matérias que qualificavam Ademar de Barros como o “criador da saúde pública do Brasil”. O jornal “O Dia” nasce pregando a isenção das ações político - partidárias e apoiando o povo, mas suas matérias tendiam ao fortalecimento de Ademar de Barros como o “Paladino das Massas”. Chagas Freitas em “O Dia” mesclava as notícias de crimes bárbaros com a cobertura do cotidiano dos subúrbios cariocas. A coluna mais importante era os “Comandos”, que apresentava a falta de estrutura dos bairros cariocas. Muitas dessas notícias evidenciavam a atuação de uma liderança política local. Chagas passaria a assinar a coluna diária em 1954, vociferando contra os “inimigos do povo”, denunciando as filas, a falta d’água, o preço do café e a violência, em geral aproveitando o cenário conjuntural e as constantes denúncias de corrupção que envolviam o governo Vargas .

Enquanto lutava pra colar sua imagem ao esteriótipo do defensor das massas ele precisava de uma rede de informações eficaz. Como Chagas não atuava diretamente junto à executiva do partido e neste momento se encontrava fora das disputas eleitorais, precisava do poder dos diretórios locais para se manter informado. Seus correligionários Miécimo da Silva e Telêmaco Gonçalves eram pessoas de sua extrema confiança, eles representavam a força política no interior do PSP (Partido Social Progressista) e isto garantia o controle da estrutura partidária e o controle da formação das chapas oficiais.

Na ocasião das eleições de outubro de 1954 o jornal “O Dia” tinha construído a imagem de um novo Chagas Freitas: o destemido defensor da classe trabalhadora e dos destituídos. Chagas começa a sair da anterior proposital indefinição e começa por atacar Vargas, tanto que no dia do famoso atentado na Rua Toneleiros, Chagas acusava Vargas, em sua coluna, de tripudiar sobre o povo e ser diretamente responsável pelo atentado. Quando ocorre o inesperado suicídio presidencial, ele muda a tônica de seu discurso, lembrando ao povo a perda lastimável do líder de todos os brasileiros e afirmava que no futuro seus feitos seriam melhor avaliados e valorizados.

Depois da morte do presidente Vargas uma multidão de eleitores buscou os partidos que bandeavam para as propostas trabalhistas, ou que de forma clara fossem de oposição ao varguismo. Carlos Lacerda e Lutero Vargas foram líderes de votos na Câmara dos Deputados, o primeiro execrando a imagem do legado de Vargas foi líder absoluto.¹⁹ Na Câmara de Vereadores a lógica que orientou os eleitores foi outra, aqueles que tinham sua base local levaram seu cargo sem maiores problemas, a exemplo disso, Miécimo da Silva do PSP ficou, em 1954, como sexto mais votado.

O Rio de Janeiro além de capital federal, trazia consigo os problemas de ser uma grande metrópole com mais de 2,5 milhões de habitantes. Duas faces identitárias conflitantes e ao mesmo tempo complementares traduziam o contexto político carioca da época, ou seja, por um lado o conceito “geral” de BELACAP, que implicava em mostrar à toda Federação e ao mundo a importância política e cultural da capital federal, e portanto tinha um cunho

¹⁹ Op.Cit. SARMENTO,2002. pag59

nacionalizante, por outro lado a realidade sócio-demográfica da Cidade de São Sebastião, campo privilegiado para a disseminação de uma política local com características clientelistas. Segundo Carlos Eduardo Sarmento:

“Esta distinção entre políticos de eleitorado mais disperso e ideológico e aqueles de eleitorado mais definido e concentrado proporcionava um espaço de manobras dentro das diferentes legendas partidárias, constituindo muitas vezes “dobradinhas” entre candidatos a deputado federal com discursos mais permeados pelo tom nacionalizante e candidatos a vereadores de bases eleitorais delimitadas.” (Sarmento, 2002)

As eleições de Miécimo da Silva , Telêmaco Maia e outros, foram responsáveis pela articulação do arranjo eleitoral que seria a base da política de Chagas Freitas, a partir destas lideranças locais, começaria a construção de sua máquina. Conhecido pela sua dificuldade como orador, e com pouco carisma para mobilizar as massas, investia na negociação e na articulação dos setores locais da política. Além disso, para aumentar ainda mais seu capital político fazia sua carreira no Legislativo acompanhando como suplente na Comissão de Constituição e Justiça a tramitação das matérias , via sempre a possibilidade de se associar às conquistas de aprovação de projetos, que beneficiassem a população ou o funcionalismo público, garantindo também sua inserção no eleitorado do Distrito Federal.

Outro fator responsável pela montagem da chamada máquina chaguista foi a manobra executada por Jânio Quadros quando acusou Ademar de Barros pela compra irregular de automóveis Chevrolet,. Ademar sai do país como estratégia de afastamento, e Chagas vê, então, a possibilidade de juntar os acionistas do jornal a “A Notícia”, visando o aumento de capital da empresa , Chagas ampliou o seu controle acionário e conseqüentemente seu poder decisório junto a empresa.²⁰ Com o controle direto de dois jornais populares, Chagas surgia como o herdeiro político do ademarismo no Rio de Janeiro e a maior liderança de seu partido o PSP.

²⁰ Ver Diniz, Eli. Voto e Máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Riode janeiro , Paz e Terra,1982,p.50, apud SARMENTO,2002,pág.78

Chagas continuava em defesa do líder Ademar, e nos jornais o apresentava como uma “vítima inocente”²¹. Ademar volta aclamado em São Paulo e o PSP tinha como projeto político o lançamento da sua candidatura à prefeitura. No Rio de Janeiro, Chagas consolida sua liderança no partido e toma a frente na presidência do sindicato dos proprietários e editores de jornais. Chagas a partir daí pode controlar o esquema de distribuição dos jornais do Rio de Janeiro dando maior penetração ao “O Dia” e a “A Notícia” determinando efetivamente o controle sobre a imprensa jornalística. Esta gestão se prolongaria por mais de quatorze anos. Segundo Sarmiento em sua tese:

“No final da década de 1950, este modelo de arranjo, apontava para um verdadeiro loteamento do espaço político do Distrito Federal com o cacique político sedimentado em seu mandato parlamentar e no controle dos jornais populares. Chagas Freitas se apresentava como aspirante à posição de patrono-mór desta rede. Estendendo suas conexões em direção às diferentes chefias locais, sinalizava para o respeito dos vínculos estabelecidos e para a equalização dos interesses que pudessem conflitar-se”.²²

Chagas respeitava os pactos políticos junto a seus aliados sempre levando ao povo as notícias das localidades com eventos relacionados às festas locais, inaugurações, abertura de postos de saúde etc. Existiam as colunas que retratavam os problemas do funcionalismo público, promovia encontros. Seus líderes locais azeitavam a máquina clientelista, patrocinando festas populares, quermesses e jogos de futebol :

”Nas comunidades da região de Campo Grande e Santíssimo, o vereador e líder popular Miécimo da Silva empolgava as massas discursando ao lado do deputado federal. Na populosa região dos subúrbios da Leopoldina, o também vereador Antonio Mourão Filho orgulhava-se de ter inaugurado mais de 140 postos de eleitorais”.²³

Em 1958, Chagas conclama, utilizando seu jornal de porta voz os membros de cada categoria que representava na Câmara a irem às urnas votar, e consegue um grande

²¹ A Notícia, 17/04/1956, apud SARMENTO, 2002, pag. 79

²² SARMENTO, 2002, pag. 94

²³ SARMENTO, 2002, pag. 95

número de votos só ficando abaixo de seu antigo companheiro de faculdade, Carlos Lacerda. E mais tarde conseguirá aumentar ainda mais seus votos fazendo com que a bancada federal do PSP dobrasse de tamanho. Na Câmara de Vereadores o PSP também sairia ganhando com o aumento considerável de votos aos vereadores que orbitavam pelas engrenagens da máquina clientelista de Chagas Freitas. Miécimo da Silva se reelege vereador, batendo com grande margem, seu número de votos anterior.

Com o crescimento da liderança de Carlos Lacerda e a queda do desempenho eleitoral de Lutero Vargas e do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o campo político carioca se reconfigura e Carlos Lacerda representando a UDN (União Democrática Nacional), é a maior liderança política da cidade. Juscelino Kubstichek, presidente, precisava de maior apoio do eleitorado carioca, então o PTB e o PSB (Partido Social Brasileiro) recorreram ao PSP, onde Chagas Freitas disponibilizou seus conhecimentos de composição e articulação para compor novos pares.

No entanto, apesar das mais diversas artimanhas para estabelecer e restaurar forças políticas, Chagas Freitas e sua máquina clientelista, serão abalroados pelo radicalismo da liderança de Lacerda e pela ida da capital para Brasília em 1961. Segundo Carlos Eduardo Sarmiento:

“Apesar de ter consolidado sua posição e construído os alicerces de sua chefia na arena de embates da política carioca, Chagas Freitas precisaria desenvolver um grande senso de oportunidade e sobrevivência para enfrentar os desafios da década que se avizinhava”²⁴

Com o governo de Carlos Lacerda e as constantes idas e vindas Rio-Brasília, Chagas Freitas encontrava dificuldades nas barganhas de cargos políticos que sustentavam sua rede clientelista que aos poucos ia perdendo consistência e o forçava a redefinir novas estratégias políticas.

²⁴ op.cit.SARMENTO, 2002.pag.104

Após a saída de Jânio Quadros da presidência da República, episódio que suscitou inúmeras interrogações e especulações da parte dos diversos cronistas da época, João Goulart, que era o vice-presidente e pertencia ao PTB teve que assumir o governo, mas como tinha boas relações com os países comunistas, inclusive viajava para a China na ocasião, foi tido como conspirador pelos partidos de direita que se opunham a ele. O então Governador da Guanabara, Carlos Lacerda promoveu uma grande campanha contra o vice-presidente pressionando toda a mídia da época a não proferir nenhuma exaltação a sua figura. Chagas Freitas que era então presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas, teve que assumir uma posição, coisa que era difícil para ele pois fazia parte de suas estratégias, o oportunismo de nunca se posicionar.

Finalmente, assumindo uma posição contrária a do governador, denunciou a arbitrariedade da qual Carlos Lacerda lançava mão, para impedir o livre trabalho da imprensa. Mesmo com dificuldades em tomar decisões mais claras, Chagas se viu inserido ao lado daqueles que não estavam de acordo com o golpe contra João Goulart, considerando inconstitucional.

Tancredo Neves e José Maria Alkmin do PSD (Partido Social Democrático) mineiro procuraram Chagas para presidir uma comissão especial que aprovaria a adoção do sistema parlamentarista, assegurando a posse de João Goulart. Com os problemas encontrados na articulação com seu antigo partido e se vendo ser envolvido por lideranças nacionais de peso como Tancredo Neves, Chagas se bandeia para o lado do PSD para garantir sua rede de clientelas e voltar para a Câmara de Deputados.

Buscando ampliar seus caminhos dentro do estado da Guanabara o PSD e o PTB voltaram todas as suas armas contra Carlos Lacerda e o movimento anti-lacerdista engrossou suas fileiras com o apoio de Leonel de Moura Brizola, líder da ala mais radical do PTB. Tomando as rédeas, Brizola com sua oratória, agregou os debates com temas políticos nacionais ao anti-lacerdismo e levou o PTB a uma grande vitória. Eleito por duzentos e setenta mil votos impulsionou a aliança PTB-PSB (Aliança Socialista Trabalhista). Com todas estas conturbações não só a UDN de Lacerda havia enfraquecido como a rede de Chagas também:

“Dos deputados estaduais em que investiram durante a campanha apenas Miécimo da Silva (terceiro mais votado, Antônio Luzivaró (mais votado no PRT) Nelson Salin e Ubaldo Oliveira (terceiro mais votado do PST), se elegeriam para a ALEG, mesmo assim com índices inferiores aos apresentados nos pleitos de 1958 e 1960”²⁵

Mesmo com o PTB saindo fortalecido com o fim do parlamentarismo em 1963, Carlos Lacerda não se dá por vencido e se candidata, fazendo sua campanha para a presidência. Porém, dois elementos fazem com que o caminho não esteja aberto para o governador da Guanabara, ou seja, a aprovação das contas do estado e a CPI dos Mendigos que investigava o afogamento dos mendigos no Rio da Guarda, em Itaguaí .

As discussões sobre o cenário político brasileiro estavam na ordem do dia, e aos poucos iam tomando proporções mais radicais. Na assembleia da votação das contas do estado, houve uma confusão generalizada. Uns eram a favor, outros contra Lacerda, e as contas foram arquivadas e automaticamente aprovadas como estava escrito na Constituição.

Na Guanabara a reforma agrária estava na ordem do dia, assim como a nacionalização das empresas estrangeiras e outras idéias “comunistas” que provinham dos discursos dos militantes das bases do PTB. Chagas Freitas não era chegado a discursos radicais, e assumia discretamente a defesa do governo Goulart. Como estivesse esperando os futuros acontecimentos Chagas vai deixando de apoiar Goulart gradativamente, e “O Dia” noticia a “Marcha com Deus pela Liberdade”. Com o golpe militar, Chagas direcionaria seu discurso para apoio ao novo regime.

Devido as cassações realizadas na Assembleia Legislativa da Guanabara, em sua maioria contra políticos do PTB, Carlos Lacerda, mesmo pertencendo a UDN, que compartilhava a ideologia do governo militar, ficou com receio. A cassação dos direitos políticos de JK, Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luis Carlos Prestes, mostraria que o Governo Castelo Branco seria implacável nas suas interferências. Chagas Freitas e o chamado “grupo

²⁵ op.cit.SARMENTO,2002,pag.136 .PRT (Partido Republicano Trabalhista); PST (Partido Social Trabalhista); ALEG (Assembleia Legislativa Estado da Guanabara).

de O Dia” (Miécimo da Silva, Nelson Salin, Ubaldo de Oliveira, e Antônio Luvizaro)²⁶ vendo que as condições não eram propícias para tomadas de decisão, foram se adaptando as novas regras, e Chagas chegou a receber de Flexa Ribeiro (candidato lançado pela UDN para concorrer ao governo de estado, após os problemas com Lacerda) um convite para largar as antigas alianças com o PTB e PSD, que indicaram Negrão de Lima para o cargo, o que oferecia perigo para a máquina clientelista de Chagas. Negrão de Lima venceu e o PSD alijou-o da administração do partido por compor com a oposição e Chagas se encontrou em grande risco, apesar de ter em suas mãos os jornais, principais instrumentos de exercício de seu poder.

A chamada “linha dura”, demonstrando-se insatisfeita com a vitória de Negrão de Lima, e percebendo que os cariocas não haviam aceitado muito bem a chamada “Revolução”, temendo assim um possível descontrole no processo político que se desencadeava, baixou no período do governo Castelo Branco, em 27 de outubro de 1964 o Ato Institucional nº 2, que configurava um regime de exceção, mas com possibilidade de retornar às vias democráticas o mais rápido possível.

Logo após, baixando o ato complementar nº 4 instituía o bipartidarismo. As lideranças, antes espalhadas nos mais diversos partidos, tiveram que se aglomerar em apenas dois, ARENA e MDB, oferecendo assim, um melhor controle para as forças revolucionárias.

Chagas Freitas teve de re-ordenar suas forças políticas baseando-se em três pontos primordiais :

‘O grau de compressão do comando militar sobre os meios políticos, a estrutura político-organizacional que cada legenda assumiria e a caracterização pela qual o eleitorado carioca identificaria os novos partidos’ .²⁷

No seu quarto mandato parlamentar, dentro do MDB, Chagas Freitas e seu grupo político, tiveram de buscar suas estratégias de sobrevivência. Vendo a quantidade de políticos

²⁶ A Notícia 03/05/1963; ODia. 04/05/1963 apud SARMENTO,2002.pag.139.

²⁷ SARMENTO,2002.pág.150

do partido sendo cassados e o mesmo sem uma liderança, aproveitando esta lacuna, visualizou a possibilidade de imprimir sua marca. Em 1968, com o Ato Institucional nº 5 consuma-se a ditadura militar, e entre tantos, mesmo Carlos Lacerda é cassado. Chagas Freitas, então, mostra total subserviência aos militares, no intuito de fazer sobreviver os políticos do “grupo de o Dia”, definindo assim os limites de sua atuação, criando uma oposição possível frente ao regime militar.

O governador Negrão de Lima apesar de ter sido indicado pelos líderes de esquerda mineiros, não era muito afeito a estar onde o povo se encontrava, não fazia política nos subúrbios e nem era querido pelos militares. Quanto a Negrão de Lima e sua liderança, Chagas Freitas sentiu uma incompatibilidade, o que o motivou a criar estratégias intrapartidárias que lhe garantiram a reorganização de sua máquina utilizando a estrutura do MDB, como dirá Sarmento:

“Chagas definiu os passos de sua estratégia : assumir o controle da estrutura funcional e organizacional do MDB a partir do retorno de investimentos realizados nesta política paroquial , articulando a sua rede privada e não institucional de patronagem e de apoios em prol da institucionalização do partido.As etapas deste processo estavam determinadas pelo próprio cronograma estabelecido pela regulamentação do Ato Complementar , que previa os limites para afiliação partidária.”²⁸

Assim, Chagas Freitas começou a ocupar a estrutura organizacional do partido nos espaços que a instituição apresentava, as zonais do partido seria distribuídas entre suas lideranças locais, e procurou também ajuda,para isso, de alguns setores do antigo PTB. Ele necessitava reestruturar sua base e encontrou nesta estratégia geopolítica, sua melhor forma:

“A base do compromisso de Chagas Freitas com estes políticos locais – haviam inicialmente constituído o auto-denominado “grupo de O Dia” se pautava pela reciprocidade . O chefe político exigia fidelidade e apoio e fornecia acesso a um capital

²⁸ SARMENTO, 2002.pág.173

político , no caso específico de Chagas , acesso ao noticiário dos jornais de sua propriedade”.²⁹

O governador Negrão de Lima não percebendo ou não entendendo tais manobras, começa a perder as rédeas do seu partido e com isso Chagas Freitas começa a pensar em um salto mais ambicioso, como ser governador. O MDB da Guanabara pelo fato de ter sido construído sobre o apoio das redes clientelistas, terá um caráter bastante autoritário. Com o desmantelamento das lideranças tradicionais ocasionado pelo “Golpe de 64”, o clientelismo servirá para uma rápida organização da estrutura interna do partido, incorporando os mecanismos do exercício privado no poder. Um exemplo disso é que Miécimo da Silva, do “grupo de o Dia” ficará responsável pela direção da vigésima quinta zonal do partido, na Zona Oeste carioca, pois, já exercia sua liderança naquela localidade. Segundo o relato de Francisco Pedro Couto:

“Em 69, houve uma eleição interna no MDB (...) e a corrente do Chagas ganhou todo o diretório do partido . Negrão não teve sensibilidade para perceber isso senão ele , como governador assumia o partido facilmente , nomeava uns caras e botava lá , como se faz na política . mas como não era um homem com a ótica voltada para essa coisa , e talvez até por um desencanto na ocasião , não atribuiu a importância a um aspecto que terminaria sendo profundamente importante em 70, quando chegou 70, Chagas Freitas já tinha assumido o comando do partido , com influência direta de” O Dia” , porque “O Dia” tinha o que oferecer, que era a voz. O sujeito que estivesse com Chagas Freitas tinha certeza: seu nome sairia em “O Dia” , e naquela ocasião era fundamental sair n`O Dia para se eleger”³⁰

Chagas Freitas chega a governador favorecido por um conjunto de variáveis que implicará na singularidade de seu poder. Fez de seu jornal o apoio a suas campanhas, conseguiu construir um partido baseado em suas relações de reciprocidade construída ao longo dos tempos, desde quando vislumbrava ser deputado no antigo distrito federal.

²⁹ SARMENTO, 2002.pág.174

³⁰ Depoimento de Francisco Pedro do Couto ao programa de história oral do CPDOC/FGV, in , Marieta Moraes (org). apud SARMENTO, 2002.pág .181e 182

Com a fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara, Chagas Freitas vai sofrer um duplo impacto: a eficiência de sua máquina política será alterada com a reestruturação da geopolítica, mais alianças deverão ser feitas e isso implicará na impossibilidade de perpetuar seu grupo político no poder. O segundo impacto, é que ao perder também o poder sobre o partido, o referencial do exercício da política no Rio de Janeiro também se perderia.

Novas estratégias seriam lançadas, mas as marcas da exaustão da máquina chaguista já começavam a aparecer e apesar de apresentar ótimos resultados nas urnas, nas eleições majoritárias deixaria a desejar. Acostumado com seu tradicional arsenal político, de forma conservadora e com baixos riscos a serem assumidos, em 1982, com o retorno de Brizola ao cenário político as coisas começariam realmente a mudar. Brizola traria consigo o mito do herói salvador. E permeado por toda uma atmosfera romântica, o povo foi sendo inebriado. Brizola representava uma lenda, um amor não vivido. Assim foi nomeado governador. Em Brizola estava depositada a esperança da reestruturação da política carioca, a qual Chagas Freitas teria destruído.

Miro Teixeira herdeiro político de Chagas Freitas, moldado dentro de sua máquina para perpetuar a rede de favorecimentos, em um depoimento no qual falava sobre a derrocada do chaguismo e nas novas estratégias que buscava para sobreviver no campo político carioca dirá: “Você entenda uma coisa: a era da “bica d’ água” já passou. Acabou!”³¹

³¹ De acordo com depoimento de Rogério Coelho Neto ao Programa de História Oral do CPDOC/FGV in FERREIRA, Marieta Moraes (org) apud SARMENTO, 2002,pág.366

Capítulo 2 – Das terras

“Sei que há muitas vilas grandes,
Cidades que elas são ditas;
Sei que há simples arruados,
Sei que há vilas pequeninas,
Todas formando um rosário
Cujas contas fossem vilas
Todas formando um rosário
De que a estrada fosse a linha.”

João Cabral de Melo Neto

2.1-O Mendanha

A formação sócio-demográfica da cidade do Rio de Janeiro está associada diretamente à relação da Igreja com o Estado. A distribuição sócio-espacial dependia das diretrizes provindas desta associação. Neste período, não se falava de normas civis, então a Igreja impunha suas regras de assentamento. Para que houvesse a transformação de vilas em cidades era necessário o aval do representante do Rei ou do Papa. O cotidiano da população ficou como dependente deste sistema criado pelos jesuítas, e a Igreja. A acumulação da propriedade por parte destas instituições, será importante para entender a valorização do solo urbano carioca.

O Rio de Janeiro foi fundado para combater os franceses e seus primeiros grandes investimentos arquitetônicos sobre a cidade foram os fortes. Os engenhos que pertenciam às ordens religiosas também compunham a paisagem da cidade. A determinação da forma e do uso do espaço não era uniforme, e havia grande desorganização espacial.

Os espaços do Rio de Janeiro eram segregados pelas ordens e confrarias, que demarcavam as classes a que pertenciam: aqueles que congregavam os mais

ricos estavam no centro da cidade, as irmandades mais carentes iam se distanciando do centro em rumo à periferia. Assim as propriedades fundiárias seriam organizadas sob os moldes da sociedade de então: discriminatória e radicalmente hierarquizada.

Jesuítas, beneditinos, franciscanos e carmelitas dominaram por muito tempo as terras cariocas, ocupando as partes mais altas da cidade nos períodos de invasão, e passado o perigo, aterraram as áreas inundadas e se fixaram na planície. Até a sua expulsão de todas as colônias portuguesas, em 1759, os jesuítas detinham o pleno poder sobre o comércio e o não pagamento de impostos. Os carmelitas exigiam que em frente ao convento o terreno fosse bem roçado para facilitar a visualização dos navios que chegavam com mercadorias. Fidalgos que lutavam para garantir seu comércio nas terras da Igreja, serão repreendidos pelo Rei.

O monopólio imobiliário religioso será rompido com a Lei de Terras de 1850, e marcará o início de uma nova forma de especulação. Setores capitalistas de produção vão fazer sucumbir a antiga dominação religiosa prevalecendo o espaço urbano, valorizando a terra e imóveis pertencentes às ordens, dinamizando assim, a compra e a venda destas terras. A Lei de Terras consagrará a propriedade privada, criando obstáculos para outras formas de aquisição de terras que não seja a compra e a venda das mesmas.

Os setores mais organizados irão fazer valer a lei de acordo com seus duvidosos propósitos, um convite a chamada “grilagem”, ou seja, a confecção de documentos ilícitos de garantia da posse das terras. As classes mais baixas, diante de tais artimanhas jurídicas, ficarão mais indefesas, por não terem dinheiro para os custosos processos, assim expressarão sua insatisfação com a organização de movimentos sociais.

Devido a sua acidentada formação geográfica, cortada por rios, lagos, lagoas e com um vasto litoral, a navegação foi propícia para a conquista do interior. Partindo da cidade do Rio de Janeiro em rumo ao sertão, os portos fluviais serviram de foco

inicial para criação de comunidades e de escoamento da produção. Segundo Fania Friedman ³², trinta e três rios desaguavam na baía da Guanabara, e através deles eram escoados os produtos a outros centros de distribuição mais próximos da cidade. Alimentos como por exemplo o açúcar, produzido nos engenhos dos jesuítas, que chegava à cidade no porto que se encontrava na atual rua Santa Luzia.

Com o passar do tempo, as atividades foram sofrendo modificações, tal como no séc. XVIII, que com o advento da mineração, o ouro encontrava seu caminho nas vias fluviais que se estenderam a partir de então até as Minas Gerais. Outros portos e outras comunidades apareceram. Com a modificação das atividades e conforme as necessidades, a hinterlândia³³ foi sendo redesenhada e ampliada, desde os transportes de canoas feitas pelos indígenas até a grande modernização na República que implicou em uma reestruturação urbana. A utilização dos rios e do litoral carioca foi de fundamental importância para o que é a cidade nos dias de hoje, questão que será aprofundada no próximo capítulo.

A chegada de Dom João VI em 1808 provocou uma alta no preço das terras, a sua corte era composta de muitas pessoas que queriam morar perto do Rei. Até 1850, a terra, que pertencia ao Rei, não podia ser vendida. As terras eram distribuídas apenas àqueles que podiam pagar o dízimo, isto é, às “ordens religiosas, aos amigos do Rei e aos funcionários da câmara”³⁴. Isso criaria insatisfação na população menos privilegiada, gerando muitas vezes conflitos.

Os arredores da cidade foram se ampliando, e o “sertão carioca”³⁵ foi sendo conquistado:

³² FRIEDMAN, Donos do Rio em nome do rei, 1999

³³ Segundo Friedman, hinterlândia é uma região que teria como sua maior função as atividades portuárias, e a partir disto toda atividade econômica da região seria influenciada. Hoje tal conceito abrange a “atividade portuária que de tão ampla pode ser invisível.” FRIEDMAN pag.84.

³⁴ FRIEDMAN, *op. cit.* p. 126.

³⁵ O conceito de sertão não só trás consigo a idéia de lugar misterioso e inacessível, mas de incivilizado, lugar sem lei. “sertão carioca” conceito utilizado por Magalhães Junior em seu livro de mesmo título, será estendido para “Sertão do Campo Grande, utilizado por José Fróes.

“Os arredores da cidade, na atual zona oeste, correspondia administrativamente às freguesias de Jacarepaguá, Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, São Salvador do Mundo de Guaratiba e Santa Cruz. Esta zona rural foi institucionalizada pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que definiu o município da corte (ou município neutro) e desligou o termo do Rio de Janeiro da Província”³⁶

Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, regiões que serão de fundamental importância para o presente estudo, fazem parte deste “sertão” que aos poucos, de lugar desconhecido e inacessível transformou-se em áreas de produção, e de conflitos fundiários. O Campo Grande, antes chamado de “terras realengas,”era destinado às pastagens do gado consumido na cidade do Rio de Janeiro, posteriormente, ficou conhecida por “Califórnia Brasileira” devido ao cultivo de laranjas. Guaratiba pertenceu parte a um senhor de terras chamado Manuel Veloso Cubas, parte aos jesuítas. Quando o senhor morreu, seus filhos repassaram-na à ordem do Carmo. A freguesia de Guaratiba foi criada em 1755 depois de desmembrada da freguesia de Irajá, e tornou-se uma das mais importantes freguesias do Rio de Janeiro até 1888. Santa Cruz sediou a fazenda da família real e serviu a plantação de chá dos primeiros chineses imigrantes nestas terras.

Com a lei de 1850, o mercado fundiário amplia-se. Deste modo, serão organizados os primeiros loteamentos. O mandonismo³⁷ local, fruto das formas anteriores de manutenção de poder, estará em sintonia com as mudanças. A história da política fundiária no Rio de Janeiro permitirá perceber a ação dos poderosos com relação a terra, ao longo da história.

Um fato que caracteriza a presença do mandonismo local e a questão fundiária é o caso da Fazenda do Mendanha, na região do Campo Grande. Fundada no século XVII, ela passará pela mão da Igreja, terá grande importância para o preparo das mudas de café, sendo a pioneira nesta atividade. No século XIX,

³⁶ FRIEDMAN, *op. cit.* p.125.

³⁷ Conceito utilizado por Vitor Nunes Leal, para identificar as práticas dos chefes políticos nas suas localidades.

pertencerá ao médico de Dom Pedro II, e também botânico, Francisco Freire Allemão de Cisneiros, que por herança, a repassará ao seu sobrinho também médico e político, senador Augusto de Vasconcelos, o qual será um dos componentes do “misterioso Grupo Triângulo”³⁸, formado por pessoas influentes. Vasconcelos de Campo Grande, Filipe Cardoso Pires de Santa Cruz e Raul Barroso de Guaratiba comporiam o “grupo triângulo” e exerceriam enorme influência na política local e federal por ocasião da Primeira República.

O Mendanha hoje é um sub-bairro de Campo Grande, bairro que faz parte da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Localiza-se à margem direita da Avenida Brasil (no sentido Centro - Santa Cruz), limitando-se ao norte com o município de Nova Iguaçu, a leste, com os bairros de Bangu e Gericinó e a oeste com o Distrito Industrial de Campo Grande e o Batalhão de Toneleros da Marinha do Brasil. Sua área é de aproximadamente 2.000 hectares e cerca de 27 mil habitantes. A área do Mendanha originou-se da antiga “Fazenda do Mendanha”.³⁹

O nome Mendanha tem sua origem vinculada ao primeiro proprietário daquela fazenda, o Sargento-Mor Luiz Vieira Mendanha, poderoso senhor de escravos e grande produtor de açúcar e aguardente. A fazenda Mendanha ganhou notoriedade devido ao fato de ter sido uma das primeiras terras cariocas a desenvolver-se no cultivo do café e, principalmente, porque de lá saíram grande parte das matrizes dos maiores cafezais fluminenses, que se alastraram pelo Vale do Paraíba, até São Paulo, sendo responsável pela riqueza dessas áreas. As primeiras mudas de café chegaram a Campo Grande através do padre Antônio Couto da Fonseca, então proprietário da fazenda Mendanha, que as recebeu do Bispo Justiniano, um dos primeiros a cultivar o café no Rio de Janeiro. Segundo os registros do IPLAN, a base da riqueza e do povoamento de Campo Grande ocorreu basicamente devido ao cultivo pioneiro do café.

³⁸ Chamado assim pelos seus inimigos políticos. FREIRE, pag.175

³⁹ História do Mendanha e seu Vulcão in Classificados do Bairro Edição n 26 fevereiro de 2007 p.11

Outro fato que é responsável pela importância do Mendanha, é ter entre seus ilustres personagens Francisco Freire Allemão de Cisneiro, reconhecido cientista, acima citado, o qual, nasceu na “Fazenda do Mendanha”, em 24 de junho de 1797, iniciou a sua vida pública como sacristão, na capela da Fazenda do Mendanha, onde aprendeu os primeiros rudimentos em latim com o Padre Antônio Couto da Fonseca. Formou-se médico pela Academia Médico Cirúrgica e completou seus estudos na Santa Casa, em Paris. Voltando ao Brasil, foi professor da Academia Militar e diretor do Museu Nacional. Presidente duas vezes da Academia Imperial de Medicina e fundador da Sociedade Velosiana para estudos da botânica, foi o pioneiro na avaliação do grave problema do bócio endêmico no Brasil, observando populações de Minas Gerais. Foi Membro do Instituto Histórico e Geográfico.

Autor de dezenas de publicações e desenhos sobre plantas brasileiras, descrevendo muitas plantas novas. Contribuiu para a notável obra de raridade de Von Martius – *Minervas Brasiliensis*, escrevendo em latim. Integrou a comissão científica que fez a exploração do Ceará (Comissão das Borboletas). Foi médico do Paço Imperial, médico pessoal de D. Pedro II, após curá-lo de uma moléstia, privando da biblioteca do Imperador. Recebeu condecorações de “Oficial da Ordem das Rosas” e “Cavaleiro de Cristo”. Foi comissionado para ir à Itália buscar Teresa Cristina, noiva do Imperador D. Pedro II. E depois de percorrer quase todo o Brasil em missões científicas, por uma feliz coincidência do destino, em avançada idade, depois de desempenhar as mais elevadas funções públicas, voltou ao seu velho sítio do Mendanha, herança de seus pais: João Freire Allemão e dona Feliciano Angélica do Espírito Santo, e lá passou seus últimos anos de vida, falecendo deste modo no mesmo local de seu nascimento, descendo à terra do esquecimento em 11 de novembro de 1874. Sua casa, já bastante estragada, localiza-se no final do Caminho da Pirangaba, na Estrada do Guandu, próximo ao Largo do Mendanha.

Entre os séculos XIX e XX, com a Lei Áurea e a expressiva extinção dos cafezais, a região passa a ter destaque com a lavoura da laranja que parece ter atingido um grande surto por volta de 1926, quando aumentaram as possibilidades

de exportação para a Europa Ocidental. Com o fim do ciclo da laranja, decorrente da crise iniciada durante a Segunda Guerra Mundial, dá-se então início ao cultivo de outros produtos agrícolas e o aparecimento do primeiro loteamento.

Atualmente a população do Mendanha é composta por famílias vinculadas, em grande parte, ao trabalho agrícola na região. Ali habitam e trabalham pessoas de origem brasileira e de origem portuguesa. Grande parte dos portugueses são da Ilha da Madeira. Vale ressaltar que, mesmo em percentual menor, o elemento português exerce uma influência cultural muito grande na região. Sua participação, ainda que em menor número, é bastante expressiva, principalmente, quando consideramos que, dentre estes grupos, o dos portugueses revelam uma posição sócio-econômica melhor se comparada à situação dos grupos de brasileiros.

De modo geral, o padrão sócio-econômico-cultural é considerado baixo. E assim, a realidade vivenciada, hoje, pela comunidade pouco reflete os méritos alcançados no passado ainda que a importância histórica da região esteja registrada durante o ciclo do café e da laranja. Por ser parte integrante do maciço do Mendanha, a região apresenta relevo acidentado, caracterizado por planícies e elevações. Outra característica é o número expressivos de rios e córregos que nascem na Serra do Mendanha e cortam a área; esses cursos d'água compõem a microbacia da baía de Sepetiba e favorecem as baixas temperaturas comuns na região, principalmente nos meses de junho, julho e agosto.⁴⁰

Na baixada do Mendanha vivem cerca de 840 famílias de pequenos agricultores que se dedicam ao cultivo de leguminosas, hortaliças, frutas (principalmente a banana, o caqui e a manga) e, em especial, a exploração do chuchu. O Mendanha é o primeiro produtor de chuchu do Estado do Rio de Janeiro, com 1.000 toneladas por hectare ao mês, numa perfeita conciliação da produção agrícola com o meio ambiente. Parte da família vai para a colheita com os empregados contratados para este período. Como essas pessoas são quase todas de mesma origem e se dedicam as mesmas atividades produtivas, é natural que surjam muitos casamentos entre os membros destas famílias. Os jovens se

conhecem nas escolas, nas festas ou pelos caminhos e passam pelas fases de namoro, noivado até o casamento religioso nas igrejas da região. O Mendanha embora historicamente vinculado ao desenvolvimento da agricultura, que favoreceu o crescimento da Região Oeste, vem apresentando nos últimos anos alterações na sua paisagem com a expansão urbana.

O aparecimento do primeiro loteamento, foi no início da década de 60 (Jardim Mendanha). Apareceram também três conjuntos residenciais construídos pelo Governo do Estado: o “Votorantin”, em 1983, o “Caminho do Ceará”, em 1993 (ocupado por invasores antes mesmo da construção das residências) e o “Campo Belo” de 1999. Um grande problema tem sido o surgimento de loteamentos irregulares nos últimos anos, sendo que o maior deles, o “Jardim Nossa Senhora das Graças”, foi abandonado pela empreiteira e ocupado inicialmente por 115 famílias oriundas da Favela Barreira do Vasco, na Zona Norte no final da década de 80.

Esse fenômeno tem degradado bastante o local, tendo em vista a falta de estrutura dessas áreas, o que, aliado à inércia do poder público, tem levado toda a região à um processo de “favelização”. Mas esse crescimento não se reflete na melhora da infra-estrutura, principalmente de transporte e serviços. Assim como em toda a região, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) local é baixo, sendo que a situação é mais grave nas áreas de ocupação irregular, principalmente na comunidade da Carobinha (Jardim Nossa Senhora das Graças), onde é alto o número de desempregados ou informalmente empregados.

Analisando-se os segmentos urbanos que compõem o Mendanha: Loteamento Mendanha, Nossa Senhora das Graças, Conjunto Campo Belo e Conjunto Votorantin, são os habitantes dos dois conjuntos habitacionais, por majoritariamente serem funcionários públicos, que apresentam maior estabilidade na renda, não que isso represente uma alteração significativa em relação aos demais grupos de moradores: no Campo Belo há o maior número de funcionários do Estado e o Conjunto Votorantin, que na década de 80 era composto praticamente de funcionários da extinta Telerj, apresenta hoje uma grande concentração de

⁴⁰ História do Mendanha e seu Vulcão in Classificados do Bairro opus citatum

aposentados e pensionistas, tanto do INSS como do IPERJ. Mas de um modo geral a população do “Mendanha urbano” se concentra nas classes C, D e E.

As festas religiosas são o maior acontecimento social da comunidade. As igrejas de N. S. da Paz, Sagrada Família e N. S. da Conceição e Santo Antônio atraem pessoas de toda a localidade e áreas próximas. Mantém-se nessas festas a tradição da procissão, da missa solene, as barracas de comidas típicas e os bingos e leilões. Essas festas são realizadas geralmente aos domingos e as famílias aproveitam para rever parentes e amigos que vivem em bairros distantes.

A Serra do Mendanha tem suas encostas voltadas para os municípios do Rio de Janeiro e Nova Iguaçu, ocupando uma vasta área que, do lado do município do Rio de Janeiro, tem início em Bangu, no Gericinó, e vai até o morro Manuel José, no Mendanha. Sua floresta (floresta mãe que deu origem à floresta da Tijuca), além de ser o manancial de vários rios da bacia do Guandú e significativa reserva da Mata Atlântica, com um ecossistema singular, pois possui duas crateras vulcânicas, descobertas pelos geólogos Alberto Lamengo e Vítor Klein.

A floresta do Mendanha é rica em madeira de lei como o jatobá, o angico, o cedro, monjolo, jatobá, cabiúna, gameleira, jacarandá entre outras espécies, o que a fazem cobiçada por exploradores de madeira que, no entanto, encontram a barreira da área de treinamento do batalhão militar de sobrevivência na selva. Além destas grandes árvores e arbustos, alguns de valor medicinal, encontra ali *habitat* e clima propício uma variada fauna. Os animais mais comumente encontrados são: a preguiça, o mico, a paca, o tatu, o gambá e muito rara a cuica d'água, de hábitos noturnos e específicos.

Há aproximadamente 40 milhões de anos atrás, dois vulcões entraram em erupção no Rio de Janeiro: um na Serra do Mendanha em Campo Grande, e o outro na Serra de Madureira em Nova Iguaçu. As atividades vulcânicas na Serra do Mendanha foram admitidas pela primeira vez em 1867, pelo geólogo americano Orville Derley, diretor do extinto IAB (Instituto de Arqueologia Brasileira), mas o vulcão do Mendanha foi localizado em 1935, pelo geólogo Alberto Ribeiro Lamengo

que encontrou a chaminé que hoje leva o seu nome, quando fazia a cartografia do antigo Distrito Federal. Ele identificou o local exato das erupções: o morro Manuel José, num local próximo à Cachoeira do Mendanha, onde há uma imensa bolha de fases encerrada na lava petrificada. O vulcão ficou praticamente esquecido até que em 1966, quando o arqueólogo Carlos Manes Bandeira, identificou a cratera do Vulcão do Mendanha na cabeceira do Rio Guandu-Sapê. O vulcão pode ser visto da Estrada do Mendanha e da Avenida Brasil na altura de Campo Grande, sua altura é de aproximadamente 300 metros e sua cratera coberta pela floresta, 400 metros de diâmetro, ela fica no cume da Serra do Mendanha e percebe-se a chaminé vulcânica e as camadas das antigas erupções que devem ter sido violentas, pois o Vulcão do Mendanha e o da Serra da Madureira, têm uma formação comum, e o mesmo tipo de magma alcalino de natureza explosiva. Os vulcões extintos do Rio de Janeiro entraram em erupção no período MESO-CENOZÓICO (Cretáceo-Terciário), que durou cerca de 80 milhões de anos. A Natureza explosiva do vulcão é determinada pela distância entre a camada magmática e a superfície terrestre se esta distância for grande o material é expelido como um tiro de canhão atingindo grandes alturas, se esta distância for pequena como é o caso do Vulcão do Mendanha e o de Nova Iguaçu, o material magmático escorria pelas encostas. Em 1979, os geólogos André Calixto Vieira e Victor de Carvalho Klein, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, descobriram um outro ponto de erupção vulcânica, na divisa dos municípios do Rio de Janeiro e de Nova Iguaçu, onde há os vestígios de uma imensa cratera, que virou atração turística para aventureiros.

Nascentes de águas cristalinas, com quedas d'água formadas por desníveis do Rio Guandu-Sapê, na Serra do Mendanha, ficam a 20 minutos da Av. Brasil, seguindo desta pela Estrada do Mendanha rumo à Serra até a Estrada Abílio Bastos, seguindo por esta até o seu final; daí, segue-se a caminhada por uma trilha durante 50 minutos no meio da mata da Floresta do Mendanha, de onde se pode apreciar a beleza exuberante do local.

2.1 Compreendendo o rural e o urbano: uma revisão bibliográfica.

O que se ratifica com a ida dos equipamentos urbanos para o “sertão carioca” é que o deslocamento demográfico e sócio-político traz conflitos nesta transposição, pois existem interesses, questões sociais e políticas, que surgem a partir da ocupação fundiária e cria formas de poder. Daí grande interesse em compreender a complexidade de relações entre o urbano e o rural.

Tradicionalmente o urbano e o rural mantiveram uma relação hierárquica, o urbano se alimenta do rural, sobrevivendo dos seus insumos e em troca garantindo a sobrevivência dos trabalhadores rurais.

Porém a questão não é tão simples assim, porque na medida que surgem no campo novas formas de poder, esses poderes extravasam o espaço restrito ao rural com sua rede de relações específicas constituindo assim uma relação dialógica. Os espaços não são inocentes, pois tem uma história, daí a importância de se refletir com os autores que se seguem. Esta questão ainda suscita discordância entre as teorias e polêmicas que ainda surgem.

A discussão entre o que é rural, e o que é urbano pode ser iniciada com uma tautologia, que é provocativa na medida que traz uma reflexão mais profunda, pois decorre da classificação adotada pelo IBGE, do geógrafo J.Grabois de Pernambuco, e de Olivier Dolfus, da França, que é basicamente a mesma, isto é, “o espaço rural corresponde aquilo que não é urbano”,⁴¹

Muitas vezes o que é rural é definido por convenção dos órgãos municipais, influenciados por interesses fiscais. Segundo J.E.Veigas em “Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano que se calcula”, o rural é territorial e não setorial como consideram os programas governamentais. As relações entre o urbano e o rural não

⁴¹ O urbano deriva do latim urbanum (arado), traz consigo o sentido de povoação, da simplificação semântica vieram a palavra urbes e urbs, esta último se referindo a Roma, cidade - império. O termo urbano será recuperado para o português no séc.XVI e posteriormente, trará a noção de cidade industrializada

corresponderiam a antiquada dicotomia entre cidade e campo; assim sendo é preciso considerar espaços mais urbanizados e espaços onde os ecossistemas pareçam menos artificializados. Torna-se claro também que o desenvolvimento de qualquer sociedade rural depende dos laços com os centros urbanos. Para Veiga, para melhor definir a questão entre áreas rurais e urbanas, pode-se elaborar as seguintes categorias:

1. Essencialmente rurais: são aquelas em que mais de 50% da população regional habitam em unidades de base rural.⁴²
2. Relativamente Rurais: são aquelas em que entre 15% e 50% da população regional habitam em unidades de base rurais .
3. Essencialmente urbanizadas: são aquelas em que menos de 15%da população regional habitam em unidades de bases rurais.

A sua conclusão seria de que o território brasileiro é inequivocamente urbano. Diz ele: “o que está acontecendo hoje nos países de Primeiro Mundo é que o espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo o que ele opõe ao artificialismo das cidades:paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio. o desenvolvimento leva uma forte revalorização do ambiente natural em vez de suprimir a diferença entre cidade e campo por obra e graça da organização conjunta da agricultura e da industria”.⁴³

Alentejano, em seu livro “O que há de novo no rural brasileiro?” diz que cada realidade rural ou urbana deve ser compreendida em sua particularidade, mas também no que tem de geral , em uma territorialidade mais ou menos intensa. É essa intensidade que se distingue o rural do urbano. O urbano representaria relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural refletiria uma vinculação mais intensa. Estas vinculações estariam relacionadas ao plano industrial, político-administrativo e também ao plano ideológico.

⁴² unidades de bases rurais associará zonas de produção agrícola com áreas não densamente povoadas.

⁴³ VEIGA..JR.pag.95.

Existem muitas formas de descrever o rural e o urbano. Em meio das divergências, podemos definir os principais critérios utilizados tradicionalmente:

1. Discriminação a partir de um determinado patamar populacional.
2. A predominância da atividade agrícola.
3. Delimitação político- administrativa.

Segundo Marta Inês Medeiros Marques, a literatura internacional atual define o significado de ruralidade nas sociedades contemporâneas a partir de três aspectos:

1. A importância das áreas não densamente povoadas.
2. A relação com a natureza.
3. A dependência do sistema urbano.

As relações campo e cidade do ponto de vista social histórico, foram analisadas pelas perspectivas:

1. Dicotômica: onde o campo é pensado como meio social distinto que se opõe a cidade.
2. Continuum: onde o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas da sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana.

Historicamente, tanto na geografia como na sociologia⁴⁴ tem predominado a adoção do enfoque dicotômico. Este enfoque tem como uma das principais fontes de inspiração as idéias de Tönnies sobre comunidade e sociedade, que deu expressão ao contraste conceitual entre o comunitário e o não comunitário através dos termos *Geminschaft* e *Gsellschaft* em fins do séc. XIX, num contexto social marcado pela reação ao avanço das idéias e valores do racionalismo individualista, que se apóia na perspectiva de que o mundo rural se apresenta como negação da sociedade urbana moderna.

⁴⁴ Sociologia norte- americana, Escola de Chicago .O conceito de rural em Tönnies ,identifica o rural como passado.

Para Martins , a ambigüidade acima referida se encontra na origem do conhecimento sociológico e expressa a influência simultânea do conservadorismo e do cientificismo.⁴⁵ Segundo ele a sociologia surge como modalidade de conhecimento contida no bojo do pensamento conservador, constituindo-se, a partir de idéias conservadoras que respondem a idéias do pensamento burguês e liberal da fase de formação da sociedade capitalista.

O surgimento dos pares de idéias constitutivas opostas se apresentariam dessa forma: “comunidade/sociedade, autoridade/poder, status/ classe, sagrado/profano e alienação/progresso”. De acordo com Martins, a sociologia rural nasce para explicar uma situação de crise que provoca a necessidade de refletir sobre o mundo rural. Esta crise é marcada por um conjunto de transformações sociais relacionadas à intensa migração do campo para a cidade e, conseqüentemente, o esvaziamento do campo, além da invasão destes pelas cidades. Assim a sociologia rural reproduz a ambigüidade fundamental da sociologia e surge como conhecimento instrumental voltado para a superação do atraso do campo. A perspectiva dicotômica permite a oscilação entre os dois pólos, ora idealizando o passado e valorizando o tradicional, ora baseando-se na idéia de progresso e valorizando o moderno.

Marta Inês Medeiros Marques em seu estudo mostra que Bernard Kaiser, teórico francês, define o espaço rural de forma descritiva como um modo particular de utilização do espaço e de vida social que apresenta as seguintes características :

1. Uma densidade relativamente fraca de habitantes e de construções, dando origem a paisagens com preponderância de cobertura vegetal.
2. Um uso econômico predominantemente agro-silvo-pastoril.
3. Um modo de vida dos habitantes caracterizado pelo pertencimento a coletividades de tamanho limitado e por sua relação particular com o espaço .
4. Uma identidade e uma representação específica, fortemente relacionada à cultura camponesa.

⁴⁵ Crítica a Escola de Chicago.

Kaiser define o rural como uma forma específica de relação da sociedade com o espaço que apresenta um caráter dominante: a sua inscrição local. O sistema de valores encontrado na população rural de outrora, marcado pelas sociedades coletivas, é substituído, no urbano, pela cultura do zapping e pelo individualismo.

Segundo Willians, para compreender as imagens do campo e da cidade é preciso examinar os processos sociais concretos de alienação, separação, exterioridade e abstração de modo crítico. E preciso também entender a história do capitalismo rural e urbano, afirmando as experiências de relações diretas, recíprocas e cooperativas que são descobertas e redescobertas muitas vezes sobre pressão.

Para Lefevbre, o tecido urbano prolifera, e corrói a vida rural que ainda resta e não apenas é caracterizado pelas edificações das cidades, mas pelo conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Neste caso a estrada, um shopping, o trator, faz parte do tecido urbano. A cidade industrial se espalhou nas regiões que estavam ao seu redor e incorporou o modo de fazer urbano em todo o espaço social .

Segundo o autor, as cidades arcaicas eram sobretudo cidades políticas. A cidade existia como centro político administrativo que organizava o meio rural, sendo dominada e delimitada por este , uma vez que ela dependia dos seus produtos. A cidade aparece como consumidora e o campo como o lugar da produção. Algumas cidades alcançaram grande desenvolvimento econômico, elaborando complexa divisão do trabalho. A produção e a distribuição eram organizadas, principalmente, sob autoridade do chefe do templo, do déspota ou do senhor.

No medievo, a cidade além de política, era lugar de culto e de encontro, o caráter comercial da cidade foi se revelando aos poucos, havendo um importante processo de acumulação de riqueza, de valorização do conhecimento e do uso de novas técnicas, tornando-se centro de vida social e política.

A separação entre cidade e campo pode ser entendida como a separação entre capital e propriedade de terra, o desenvolvimento do capital é independente da propriedade da terra. Surge a cidade mercantil e a burguesia como classe social. A praça do mercado entra nos domínios da cidade controlada pelo clero e pela nobreza. As elites permitem a entrada da burguesia nascente no espaço do poder e a partir daí a relação campo e cidade não será mais relegada ao poder político-ideológico e militar e a cidade inicia a sua dominação sobre o campo, garantindo a extração e o excedente.

A passagem para a era urbana será marcada pela indústria na cidade e com ela surgirá uma nova estrutura social. As novas relações de produção serão muito importantes para a subordinação do campo à cidade, pois as mesmas leis que regem a produção regerão também a cidade. Seguindo o pensamento de Lefebvre, a cidade industrial sofrerá um processo de implosão e explosão: implosão que adensa os símbolos da cidade ameaçada pela lógica capitalista industrial e a explosão que espalha sobre o espaço circundante as condições que eram restritas às cidades, estendendo ao campo o tecido urbano.

Analisando a bibliografia utilizada, os diversos estudos demonstram que esta cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Graziano da Silva em seu livro “O novo rural Brasileiro” diz :

“A diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante e pode se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como continuum do urbano(...) o meio rural no Brasil se urbanizou nas últimas décadas devido o processo de industrialização na agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural.”
(Oliveira apud Graziano)

Victor Pereira de Oliveira demonstra que, as relações rural e urbano se estreitaram no decorrer dos últimos 50 anos e deve-se entender que urbanização **no**

campo é diferente da urbanização **do** campo e contesta Graziano dizendo que : “As urbanidades são levadas ao campo, mas este conserva a essência.”

Corroborando tal pensamento segue João Rua:

“Para nós fica claro que não se trata do fim do rural destruído pela urbanização homogeneizadora, pois, desde o início, chamamos atenção para o processo de desenvolvimento do capitalismo que se dá de maneira desigual no espaço. Desse desenvolvimento, a urbanização e as “urbanidades” são verdadeira “ponta de lança” e em realidades como a fluminense , assumem aspectos dominantes em regiões como a Serrana, enquanto em outras áreas apresenta se como um processo menos intenso se bem que sempre marcante. O rural ao guardar algumas especificidades da população, garante uma identidade territorial que mesmo sendo submetida as lógicas da cidade , mantém nestas populações a autodeterminação.”(OLIVEIRA apud RUA,2002)

Não existe na legislação brasileira a definição do que é o espaço rural, para o estado os espaços rurais são aqueles que não são urbanos. Para estado, os espaços rurais são todos aqueles que não são urbanos, espaços estes que são definidos na lei da seguinte forma :

Art.32.O imposto de competência dos municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fator gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física , como definido na lei civil , localizado na zona urbana do Município.

§1º-Para os efeitos deste imposto, entenda-se como zona urbana definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo poder público :

I- meio –fio ou calçamento , com canalização de águas pluviais;

- II- abastecimento de água;
 - III- sistema de esgoto sanitário;
 - IV- Rede de iluminação pública , com ou sem posteamento para distribuição domiciliar,
 - V- Escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 quilômetros do imóvel considerado.
- § 2º- A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação , à indústria ou ao comércio mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior (2003,p.353)

Existe no Brasil uma visão ultrapassada do que seria o espaço rural. Estes espaços, por serem diferentes dos espaços urbanos, tem dificuldade de conseguir o mínimo de infra-estrutura como iluminação elétrica, saneamento e abastecimento de água entre outros serviços. Segundo a visão oficial considerasse um fato a urbanização do campo por este apresentar serviços urbanos, como a luz elétrica, postos de saúde, escolas,etc e existem hoje propriedades que estão interligadas pela Internet e negociam seus produtos com os mercados consumidores pela rede. Esse tipo de visão oficial dificulta a aplicação de políticas públicas para a área rural pois, se não se entende suas especificidades , parece que o esforço está em transformar estas localidades em espaços urbanos.

A região do Mendanha pode ser entendida como uma área que apresenta características urbanas, mas que conserva a essência do rural, pois tem muitas matas, apresenta sua economia voltada para a agricultura familiar e não é densamente povoada, apesar das invasões na encosta da serra. Buscar políticas públicas eficazes para a região é compreender de fato suas especificidades.

Capítulo 3- Das águas

3.1 A água e sua importância política, econômica e social

"A água é a seiva do nosso planeta. Ela é a condição essencial de vida de todo o ser vegetal, animal ou humano. Sem ela não poderíamos conceber como é a atmosfera, a vegetação, a cultura ou a agricultura. O direito à água é um dos direitos vitais do ser humano: o direito à vida" (Declaração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 1992).

Dentre os recursos naturais vitais para a sociedade mundial destac-se a água, como um recurso natural renovável, cujas reservas são bastante limitadas. A água foi e é fonte de sustentação de grandes civilizações mundiais, tome-se como exemplo a antiga civilização egípcia, às margens do Nilo. Na atualidade, o desenvolvimento e o crescimento desordenado da sociedade humana faz com que este recurso natural venha sendo utilizado de forma inadequada, acelerando a contaminação dos mananciais de abastecimento que atendem à população.

Vejamos os números: dos 1.385.984.610 Km de água existentes na Terra, aproximadamente 97,47% estão nos oceanos, restando 2,53% de água doce. Destes 2,53% de água doce disponível, temos 69% sob a forma de geleiras e neves, 30% no lençol freático e apenas 1% nos rios, riachos, lagos, solo, vapor d'água e água biológica. Portanto, do total de água existente no planeta, a civilização dispõe de apenas 0,784% para captação direta e, conseqüentemente, para atender suas necessidades mais imediatas. Numa escala mundial, podemos dividir a utilização da água da seguinte forma: a agricultura usa 73%, as indústrias 21% restando apenas 6% para atender a demanda da população mundial.

Assim observamos que apesar da água ser um recurso renovável em sua quantidade, pode ser um recurso esgotável em qualidade. Por isso a água será o elemento principal nas questões relativas ao meio ambiente e às políticas públicas dos próximos 15 anos.

Os números acima demonstram claramente que a nossa civilização necessita de água para uso doméstico, agrícola, industrial, geração de energia elétrica, uso biológico etc. e que estas necessidades apresentam uma demanda cada vez mais crescente. Somando-se a esta demanda a cultura do desperdício, que convive em total desarmonia com a conservação deste recurso natural, poderemos pensar em um colapso global no uso da água, com conseqüência direta para manutenção da vida do planeta. A Organização Mundial de Saúde (OMS) prevê que os níveis atuais do uso da água doce não poderão ser mantidos quando a população mundial atingir 10 bilhões de habitantes, em torno do ano 2050.

Constantemente, temos notícia sobre a crescente poluição hídrica que compromete rios, lagos, mananciais de abastecimento e até mesmo o lençol freático de algumas regiões da Terra.

Um dos fatos mais graves da poluição hídrica é o transporte de agentes microbianos causadores de doenças, fator responsável pelo aumento da mortalidade infantil e de adultos. Dados da OMS revelam que anualmente morrem, em todo o mundo, cerca de quatro milhões de crianças vítimas de doenças relacionadas à falta de água potável e saneamento básico. A poluição hídrica, além de ser causadora de doenças, provoca prejuízos econômicos associados principalmente à pesca estuária e ao abastecimento de água nos centros urbanos. Desta forma, se a curto prazo não forem adotadas medidas urgentes e corretivas sobre o uso da água doce, haverá uma redução drástica de sua qualidade, comprometendo sua disponibilidade para os usos múltiplos da população.

Para cuidarmos adequadamente da água são necessárias ações diversificadas e que requerem múltiplas estratégias de implementação. Existem ações que exigem a participação de órgãos governamentais, mas há outras que dependem de atitudes pessoais, que se somam num esforço coletivo, fruto de uma ética de responsabilidade solidária. Tais ações podem ser desenvolvidas a partir de

uma postura cidadã, de compromisso com a preservação do meio ambiente visando à qualidade de vida.

Para fazer valer, na prática, os instrumentos legais que propõem uma gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos, é indispensável à disseminação de núcleos organizados da sociedade, composto por indivíduos, e entidades que defendam a água como um bem de interesse público, finito e vulnerável que deve ser preservado para as gerações futuras.

Sintonizada com o problema, a AGENDA 21 (1992) estabeleceu um abastecimento diário de 40 litros de água por pessoa. É obvio que esta seria a quantidade ideal de consumo para que houvesse de fato a conservação dos mananciais de abastecimento. No entanto, estamos muito aquém de atingir esta realidade convencional durante a ECO 92, pois o consumo atual é da ordem de 220 litros de água por pessoa/ dia. O Brasil, campeão mundial do USO INDISCRIMINADO e do DESPERDÍCIO de água, ainda não sofre os efeitos diretos da redução da quantidade e da qualidade da água doce, mas sofre a falta de energia elétrica, gerada pelas hidrelétricas devido à diminuição dos reservatórios.

O BRASIL perde 50% da produção de água por desperdício, vazamento nos equipamentos das adutoras ou, simplesmente, por falta de mecanismos de controle de consumo. Toda essa água escapa por furos nos canos, redes defeituosas carentes de manutenção e por ligações clandestinas. Para se compensar as perdas, há anos os depósitos são explorados acima da recarga média, tira-se mais água por dia do que os rios e as barragens conseguem repor.

O Brasil tem escassez na fatura, pois sozinho detém 16% do total das reservas de água doce do planeta. Tem ao mesmo tempo o maior rio e o maior aquífero subterrâneo do mundo, e, ainda apresenta índice recorde de chuva. Mesmo assim, suas maiores cidades sofrem racionamento de água. Segundo os especialistas da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, o problema é só mau gerenciamento. "Temos rios degradados, índices de

perda assustadores nas companhias de água e um desperdício inconcebível por parte da população", enumera José Almir Cirilo (2000) presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, em Recife. É claro que o crescimento desordenado das cidades ajuda a piorar. "Sem planejamento não há proteção de nascentes nem dos reservatórios naturais. Isso custa caro para as companhias e para a sociedade, pois depois será preciso despoluir a água ou trazê-la de outro lugar", diz a coordenadora do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água, Claudia Albuquerque (2000).

Se as perdas de água na rede pública são difíceis de controlar, dentro de casa elas não podem sequer serem medidas. "O brasileiro é acostumado a uma conta de água barata e não faz o menor esforço para evitar o desperdício", reclama o ecólogo José Galízia Tundisi. A água pode vazar pelo ladrão de caixa d' água com defeito ou ser empregada além do necessário para tarefas cotidianas. Tomando banhos de chuveiro demorados, em 15 minutos, você joga fora 242 litros de água pura. As maiores vilãs domésticas são as válvulas convencionais de descarga. Elas usam nada menos que 40% de toda a água da casa. Cada segundo que você fica com o dedo na descarga são 2 litros de água que entram, aliás, saem literalmente pelo cano.

3.2- O Rio de Janeiro : Uma floresta de mastros, vergas e velas

Segundo Fania Friedman, O Rio de Janeiro foi interpretado em 1858 por Charles Ribeyrolles como uma "cidade flutuante", pois se avistava da baía um entremeado de mastros , vergas e velas dispostos sobre charcos, rios, lagoas, e num amplo litoral que facilitava a distribuição dos mais diversos gêneros por vias navegáveis, onde inúmeros portos se abasteciam de produtos e serviam de entrepostos para revenda possibilitando assim o consumo nas regiões onde o caminho seria singrado por canoas , bem ao estilo dos nossos ancestrais indígenas.

O porto do Rio serviu de importante elemento para a integração cultural dos mais diversos povos que ali aportaram. Tradições, línguas e conhecimentos dos mais diversos transitaram nos navios e embarcações que saíam do porto principal para o porto das cidades ou províncias, estreitando relações humanas por meio das águas doces e salgadas das mais diversas regiões.

As águas do Rio de Janeiro foram fundamentais para a sua proteção contra os franceses, águas profundas junto ao cais, facilitavam as grandes embarcações canhoneiras na defesa do litoral. O Rio de Janeiro era ao mesmo tempo fortaleza, porto e capital e a porta das atividades portuárias de todo o Brasil.

Os portos e seus equipamentos como docas, trapiches e mercados são elementos de deveras importância para entender o processo de expansão da urbanização carioca e a história do poder das inúmeras instituições, públicas e privadas na política local. Na hoje avenida Pasteur, no atual campus da UFRJ da Praia Vermelha, foi fundado um dos primeiros portos brasileiros por Martin Afonso de Sousa ainda nos anos 30 de 1500. Em 1555 os franceses com o intuito de criarem a França Antártica ficaram fascinados com o litoral e construíram o forte Coligny, o qual Mem de Sá escrevendo a sua rainha disse ser o forte "mais forte do mundo", mesmo assim o destruiu dispersando os franceses em 1560. Logo após fundou a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro pois, o que havia na região era uma empresa de exploração das riquezas comerciais da terra e não uma política mais séria de povoamento. Após tomadas as decisões sob estes relevantes critérios, Mem de Sá colocou os franceses definitivamente para fora das águas do Rio de Janeiro.

Após 1567, a cidade foi transferida para o Morro do Castelo onde as condições de vida eram melhores, segundo os padrões da época; existia melhor oferta de água potável e o sopro de bons ventos. Dois fortes protegiam a cidade: O de São Sebastião e o de São Januário e na cidadela fortificada encontrava-se o Colégio de Jesuítas, a Sé, a cadeia, os quartéis, casas de moradia e os armazéns da fazenda Real. Os índios que ajudaram os portugueses e os jesuítas, receberam terras ao longo do litoral. No séc XVI as vias fluviais eram fundamentais para o escoamento e a ocupação.

Trinta e três rios desaguavam na Baía da Guanabara e toda a produção de cana de açúcar e madeira além dos colonos subiam e desciam os rios Magé, Iguaçu, Pilar, Inhomirim, Meriti, Surui, Sarapuí, Saracuruna, Guapimirim, Macacu, e outros rios navegáveis. Os rios Caxias, Surui e Pilar só perderiam sua importância no final do séc XIX, com a chegada das estradas de ferro.

Com o crescimento da cana de açúcar o Rio de Janeiro foi ampliando sua importância portuária e comercial então os investimentos foram aumentando e a criação de outros portos foram necessárias, como foi o caso do porto da praia do Piaçaba , hoje, rua Santa Luzia, onde desembarcavam até mercadorias estrangeiras . No séc XVI a cidade desce o morro e vai para a várzea iniciando um novo capítulo. O pontal do Calabouço demarcava a porta da cidade e protegia o novo ancoradouro. Em 1603 o governador Martin Correa de Sá inauguraria um ancoradouro na ponta de São Tiago com um guindaste que fora alugado até para os jesuítas.

As ordens religiosas foram responsáveis pela conquista da planície os jesuítas ocupavam a praia de Dom Manuel, os beneditinos área próxima ao embarcadouro da Piaçava , se estabeleceram também em frente ao porto, e aos franciscanos terras no morro de Santo Antonio. As ordens preferiam os altiplanos, mas como as terras foram doadas pelo representante do Rei , não tinham como recusá-las.

Engenheiros portugueses e espanhóis foram responsáveis pelo aterramento das lagoas e charcos , criando novo traçado para a cidade . Novos ancoradouros foram construídos e dentro da Baía da Guanabara surgiram pequenos portos como o do Caju, Inhaúma, Maria Angu, Irajá e Porto Velho, na foz do rio Merity. Outros portos beira mar também surgiram como os da Pedra, Sepetiba e o porto fluvial de Marapicu, no rio Itaguaí.

Ao longo do litoral ficou proibido construções por motivo de defesa dos produtos escoados do interior para o litoral, na época o bairro da Misericórdia e o Morro do Castelo foram cercados por uma muralha . Aqueles que possuíam chão na várzea eram obrigados a fazer pequenos cais. .Essas estratégias adivinham do poder que as ordens religiosas adquiriram com o controle dos produtos que vinham de suas fazendas. A dominação econômico-política exercida pelo campo foi se acentuando e também o antagonismo da vida urbana e rural. A camada social mais abastada ficaria longe da cidade.

O Rio colonial baseava-se no deslocamento da cidade para o interior através do transporte de canoas, ainda assim com o aterro, as vias terrestres eram esburacadas e um tanto perigosas. Novos caminhos terrestres foram abertos para integrar lugares mais próximos ; o centro foi ligado a Vila Velha pelo caminho da Carioca, que costeava o mar até chegar a Botafogo

para dar acesso ao Engenho de Del Rei. Na Região do Flamengo e da Gávea os produtos eram escoados pelos rios Carioca e Berquó, que desaguavam nas respectivas praias do Flamengo e Botafogo, posteriormente já no séc XVIII, vias terrestres foram construídas no leito deste rios, é bom ressaltar que as trilhas terrestres foram baseadas no sistema de transporte por água .

Dentro deste primeiros aspectos da formação da cidade Rio de Janeiro é notória a presença dos poderes que se revelam e o embate político que se estabelece em torno das primeiras propriedades . Os portos, segundo Fania Friedman, são fundamentais para entendermos a política fundiária do Rio de Janeiro. Sesmarias que foram passadas de senhores para as ordens religiosas tinham em seus domínios portos importantes, na base do morro de São Bento existia um guindaste para descarregar mercadorias dos beneditinos.

Engenhos como o de Camorin, Vargem Grande e Vargem Pequena , que era responsáveis pela fabricação de uma variedade de produtos escoavam seus gêneros por caminhos fluviais, como por exemplo o Rio Meriti e o Rio Irajá, cuja a nascente destes se encontravam respectivamente em Bangu e Campo Grande , depois seguindo em embarcações rumo ao centro . No Engenho Velho havia uma fábrica de açúcar e seus produtos eram escoados pelos rios Maracanã e São Francisco Xavier, que tiveram seus cursos desviados pelos padres para que banhassem suas terras . Na fazenda de Santa Cruz , produtos como anil , arroz, açúcar e carne eram escoados pelo rio Guandu e Itaguaí. Uma comunicação por terra foi feita entre a fazenda e São Cristóvão, que posteriormente ficou conhecido como Caminho das Minas e Estrada de Santa Cruz. Os carmelitas na atual Zona Oeste eram donos da fazenda da Pedra que fazia limites com a fazenda de Santa Cruz pelo rio Guandu.

Com a mineração no séc. XVIII a área territorial alcançada pelo porto do Rio de Janeiro ampliou-se até Minas Gerais, redesenhando a sua “hinterlândia”, fazendo surgir outros portos no interior da Baía da Guanabara, que abasteciam a cidade. Neste período os cuidados com os corsários eram grandes pois podiam afundar um navio assim que saísse do porto , então saiam em comboio rumo a Portugal. Impostos foram criados e revertidos em melhoria das fortificações.

Devido as constantes preocupações com os franceses e saques, a cidade se militarizou, foi construído um forte na Ilha das Cobras, os limites da cidade foram reestruturados e ao

Caminho do Ouro foram buscar alternativas devido a fragilidade que este apresentava em seu trecho que passava por Paraty e que vinha por mar até o Rio de Janeiro.

A alternativa ao Caminho Velho foi o Caminho Novo. Carregamentos que vinham de Minas eram descarregados no porto de Pilar e Estrela e destes portos seguiam por barcos a vela e canoas até a cidade. O porto Estrela se tornou o mais utilizado pelos muleiros vindos de Minas, Mato Grosso e Goiás .

Com o desenvolvimento agrícola no final do séc. XVIII, houve um grande aumento no número de portos na hoje chamada Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, vinte e três portos foram construídos: três em Guaratiba, um em Coroa Grande, o Porto do Saco, no Engenho de Itaguay e outros.

Na segunda metade do séc XIX com o fim do ciclo do ouro , o ciclo do café começava com sua primeira plantação, onde é a atual Evaristo da Veiga na cerca dos padres capuchinhos , passando posteriormente para os maciços da Tijuca, Pedra Branca e Mendanha,” onde se instalou o primeiro cafezal carioca” (FRIEDMAN ,1999,pg.105)

As terras da Freguesia de Santa Cruz possuíam vinte mil pés de café em 1799 e em 1800 mais de cento e cinqüenta arrobas que eram escoadas no rio Itaguaí até chegar ao porto da baía de Sepetiba, o chamado “ouro negro” encontrou ótimas condições na zona oeste para se estabelecer. O Rio de Janeiro neste período viu seu porto virar entreposto de troca de escravos, que ampliava conforme o desenvolvimento da economia cafeeira.

O Rio de Janeiro adequou as condições impostas pelo capitalismo, e aumentou a atividade comercial urbanizando-se. A cidade se espalhou e a população carioca aumentou de 43.376 habitantes para 90.000 pessoas em 1819. “As fazendas de Botafogo, Flamengo, Glória, Catete sofreram parcelamentos e foram ocupadas por casas e chácaras”(FRIEDMAN,1999, pg.109)

Com o aumento da população do Rio, a Cidade Nova cresce após a ida do Príncipe para São Cristóvão, a partir de então, os terrenos da Gamboa e Saúde, começam a

ficar mais densamente povoados e com o adensamento, a água potável começa ficar mais escassa. Não havia abastecimento para estas regiões e a população se via obrigada a se abastecer de água no chafariz da Praça do Carmo ou ir a São Cristóvão, transportando seus galões dentro de canoas.

Para melhorar o abastecimento D. João VI construiu um chafariz de madeira no campo de Santana, alimentado por um sistema de calhas vindo do Rio Comprido. Os bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo viraram locais de moradia dos escravos de ganho e trabalhadores livres, ganhando estabelecimentos fabris e trapiches. O transporte marítimo de cabotagem é estimulado pelo decreto de 8 de outubro de 1833 e surgem companhias de navegação de cabotagem para transporte de passageiros com destinos variados como Irajá Inhaúma e São Cristóvão.

Com o aumento das atividades portuárias e comerciais da cidade, um decreto foi baixado a fim de normatizar a divisão espacial portuária já existente, em 22 de junho de 1836 o regulamento da Alfândega reformula a política de cobrança, dando impulso aos mecanismos da política portuária que vai marcar os anos 40 e 50 do séc XX.

Os portos Velho, de Piedade, Iguaçu, Maria Angu, Estrela e Porto das Caixas eram as “portas do interior”. Iguaçu era o principal embarcadouro do café produzido nas fazendas das províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. A vila porto Estrela era o principal entreposto comercial entre Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso. No porto de Maria Angu desembarcavamromeiros da Igreja de Nossa Senhora da Penha.

Os portos e vilas comerciais viram seu apogeu e decadência em um curto espaço de tempo, atingiram o auge no ciclo do café, mas com a implantação do sistema ferroviário e a exaustão das terras da baixada entraram em declínio. A partir de 1870 grande parte do café provinha do oeste paulista que substituiu o café do Vale do Paraíba. Os portos brasileiros estavam já saturados e o Estado partiu para atrair o capital estrangeiro com o intuito da modernização que já ocorria em vários países. Só com a República é que ocorreria profundas modificações quando a “redefinição do espaço portuário implicou na redefinição

da totalidade urbana”(FRIEDMAN, 1999, pg. 118).

Entre 1870 e 1890 a Zona Oeste apresentou aumento populacional em áreas de concentração de atividades econômicas, além de melhorias nos serviços públicos. No que diz respeito ao abastecimento de água , o poço Nossa Senhora do Desterro , no arraial da matriz de Campo Grande, onde havia quinze casas apenas, teve suas obras realizadas e foi inaugurado em abril de 1883. .Em 1897 foi normalizado o fornecimento de água no arraial Santa Cruz que foi o primeiro bairro a receber luz elétrica em 1889, fornecida pela usina geradora do Matadouro.

3.3 Os Problemas de saneamento no Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro só verá de fato progresso, com estudos e planejamentos de rede de esgotos e fornecimento de águas a partir do séc XIX, antes disso o que havia de planejamento era basicamente voltado para a coleta de águas pluviais, os despejos domésticos eram lançados nas ruas. As Ruas estreitas e sinuosas e o casario baixo com poucas janelas,dificultavam a ventilação das residências. Nesta arquitetura de predominância mourisca, os interiores eram escuros e sem ar. A propagação das doenças e das epidemias eram freqüentes.

O porto da Rio sempre recebeu ilustres visitantes .Quando ainda capital do Império a cidade apresentava sua beleza aqueles que singravam pela baia nas embarcações , eram vistos os laranjais e as bananeiras a disposição do relevo, promovendo uma verdadeira harmonia de desenhos e cores, mas deixava a desejar quanto as suas instalações , e muitos deixavam a cidade levando consigo a má impressão e o desdém , só cientistas mais meticolosos tentavam encontrar respostas para os problemas apresentados.

Até a família real sofreu com tal fato. Acostumados com o luxo dos palácios europeus, aqui encontraram na moradia mais suntuosa o desconforto, segundo um oficial do Imperial Exército Brasileiro , com ilusões alimentadas de que viveria num paraíso , reclama que a construção tem “corredores escuros e apertados” , uma “miserável escada

traseira que leva aos aposentos da imperatriz , com vista pouco convidativa sobre as estrebarias que ficam no térreo .As cozinhas e quartos apresentavam aspecto sujo e de falta de ordem , apesar do grande numero de escravos em serviço”(SCHLICHTHORST in Revista Saneamento nº44, IBAM 1972) , ao voltar para Alemanha, sua terra natal, este oficial escreve “O Rio de Janeiro como ele é “ e com um amargo subtítulo “Uma vez nunca mais”.

O panorama da cidade era de ruas escuras , iluminação a azeite de peixe e com o clarear do dia o movimento ia aumentando: caleças , tilburis e berlindas enchiam as ruas estreitas de pavimentação irregular . Sinos, o movimento do porto, os animais , os escravos e senhores , contribuem para a poluição sonora da época. Sobre o sinos nem Lisboa os ruídos eram tantos, o sino tinha a função de anunciar tanto boas e más notícias como as horas eram verdadeira”gazetas de Bronze”(COSTA,Luis Edmundo in, Revista do Saneamento nº44,pág.21,1972) .

Conforme o tempo foi passando o lixo aumentou e invadiu as ruas ,no Largo da Sé ficavam as negras, que com seus gritos e restos dos tabuleiros contribuía com o barulho e entulhavam a passagem dos pedestres.As paredes da Igreja do Rosário ficavam escuras de lama e umidade, em seu entorno negros se barbeavam e pacientes eram atendidos na calçada enquanto o ”douto” chupava-lhe o sangue com ventosas.

3.4 O insuficiente abastecimento de água no Rio de Janeiro

Apesar de ostentar rede hidrográfica tão densa , a água era líquido de penosa obtenção. Antigas bicas em logradouros centrais eram incapazes de enfrentar o crescimento urbano. Os chafarizes como o do Mestre Valentim, não davam conta e nem mesmo a construção de novas fontes, pois solucionavam o problema apenas parcialmente.Mercadores do precioso líquido ainda ganhavam muito dinheiro com a entrega do precioso líquido. Com o aumento do abastecimento, via uma canalização mais extensa, a população ficou mais aliviada. Os Arcos da Carioca com sua perfeição arquitetônica vencem os vales, lembrando linha clássicas e aliam sua beleza ao aumento de

consumo. Gonçalves Dias em “Melhoramentos do Rio de Janeiro” (in, Revista Saneamento nº 44 pág.9) fala das obras que tornaram possível levar as bicas d`água para a população, graças às águas encanadas do rio Maracanã.

Toda vez que ocorria algum problema com a já precária distribuição das águas, as epidemias se alastravam pela cidade. Como era penosa a relação dos moradores com o abastecimento d`água o consumo tendia a restringir a lavagem dos alimentos e utensílios domésticos, nos banhos diários não podiam nem pensar. No período colonial a água foi um sério problema, só em 1822 a situação melhorou um pouco e o abastecimento regular só aconteceu num futuro distante.

Segundo José de Nazareth de Souza Froés e Odaléa Ranauro Enseñat Gelabert em seu livro “Rumo ao campo Grande por trilhas e caminhos” a Freguesia Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande começou a prosperar na segunda metade do séc. XVII . Junto à igreja principal, achava –se o poço Nossa Senhora do Desterro, onde a população se abastecia era o “arraial da Matriz” . O abastecimento de água em Campo Grande inaugurou-se em 10 de abril de 1883, com obras do engenheiro Francisco Pereira de Souza Continentino, com colaboração do Barão de Taquara.

Com a transferência do Matadouro da Cidade da antiga Praia Formosa , hoje Praça da Bandeira, para a zona oeste do Rio de Janeiro, Campo Grande foi contemplada com a inauguração da água encanada pois, pensava o Governo da época, em transportá-lo para lá, mas os planos mudaram e o Matadouro foi para Santa Cruz, sendo construído em 1890. Era importante ter a água encanada para possibilitar o funcionamento do mesmo.

Dona Maria Teixeira Alves, proprietária da Fazenda do Mendanha na ocasião, assinou com o então Ministério de Agricultura Comércio e Obras Públicas por intermédio do Inspetor Geral de Obras Públicas um acordo de cessão e posse ao Estado, e pela cessão das terras e nascentes pediu em troca 20 contos de reis mas cedeu-as por 16 contos de réis.

Nestas terras nascia o Rio da Prata do Mendanha que é afluente do Rio Guandu,

que nasce na Serra da Estrela. Além desse rio, nascem, na serra do Mendanha, os rios Guandu- Mirim e Guandu- Sapê. Num dos trechos do rio da Prata do Mendanha existe uma cachoeira. Na bacia desse rio, há uma represa que foi construída com a finalidade dar início ao encanamento, que além de levar águas para o matadouro de Santa Cruz, deveria abastecer o lugarejo de Campo Grande. Dona Maria fechou o acordo com o governo com a condição de que a água destinada ao Matadouro fosse distribuída em Campo Grande também.

O mesmo inspetor Geral, o Dr.Raimundo Teixeira Belford Roxo, assinou,com Marcolino da Costa Borges, em 18 de agosto 1890, um termo de conformação e ajuste , para que passasse por sua propriedade (terras no Tinguý) um ramal do encanamento das águas represadas do rio da Prata do Mendanha , destinadas ao abastecimento da população de Campo Grande, segundo as condições imposta por dona Maria proprietária do Mendanha.

O ramal que cortava as terras de Marcolino ,numa extensão de 3228m, com uma largura de 13,20.Foi dada a Marcolino, à título de indenização, o direito a uma pena d'água, gratuitamente.

Logo após em 23 de junho de 1891, ele vendeu 11 datas de terras a Companhia Centro Industrial Nacional, que adquiriu também outras propriedades na região, com a finalidade de instalar uma reserva para exploração de materiais necessários aos programas dos núcleos colonizadores que se propunha a criar .

A canalização das águas para o abastecimento do Matadouro em Santa Cruz foi feita em terras da Fazenda de Sant' Ana, de Antônio de Oliveira Guimarães, numa extensão de mais de três quilômetros , pelo que lhe foi concedida duas penas d'água a titulo de indenização.

Em 14 de dezembro de 1887, o Dr. Francisco Teixeira de Souza Alves, alegando ter o Estado adquirido apenas as águas dos rios da Prata do Mendanha, e uma faixa de terras

de 50 metros nas duas margens e não as águas de mais de 20 afluentes que formavam aquele rio , oferece ao estado não só as águas e demais afluentes , mas sim ,toda a Fazenda do Mendanha , no que não foi atendido.

Nova tentativa foi feita, desta vez pela Companhia Centro Industrial Nacional, então proprietária da Fazenda do Mendanha , por meio de um ofício ao ministro da agricultura e Obras , datado de 24 de janeiro de 1893, pelo qual propõe a venda dos mananciais, garantindo , assim o abastecimento não só para o matadouro de santa cruz e campo Grande , mas para todo o ramal da estrada de Ferro D. Pedro II e Realengo, onde estavam sendo construídos grandes quartéis , e suas imediações .

A Companhia Centro Industrial Nacional alegava ter feito contrato para extração de madeira para dormentes e fornecimento de capim para os animais dos bondes alegava ainda que tinha, para as cachoeiras de alguns dos mananciais a ela pertencentes, pretendentes que desejavam construir estabelecimentos fabris. Argumentava a Companhia que não desejava, contudo, atender àquelas pretensões e contratos sem antes oferecer ao Estado a oportunidade de se manifestar a respeito . Mencionava ainda o mesmo ofício ter a companhia centro Industrial Nacional um ramal ferroviário a dois quilômetros dos terrenos⁴⁶

O Ministério, além da recusa pura e simples, alegando os direitos anteriormente adquiridos de Dona Maria Teixeira Alves, em 1879, advertiu a companhia quanto às responsabilidades que lhe cabiam com referência à manutenção do curso das águas , bem como em relação á pureza das mesmas .Lembrava, ainda , os contratos a serem feitos pela signatária e seus inquilinos , posto que era propriedade do estado, não só as referidas águas , mas também cinqüenta metros da faixa de terra de cada margem do rio.

O abastecimento de água em Campo Grande melhorou com a inauguração do reservatório Victor Konder, no morro do Barata , em Campo Grande, em 18 de agosto de 1927. Dividido em dois compartimentos e com a capacidade para 16 milhões de litros d'água , esse reservatório servia de Campo Grande ás regiões de Santa Cruz , bem como

⁴⁶ FROES e GELABERT, 2004,

Santíssimo , Senador Vasconcelos e Vila Militar.

3.5 O Paraíba do Sul, o Guandu, e o precário fornecimento d'água ainda hoje

A bacia do rio Paraíba do Sul abrange uma das mais desenvolvidas áreas industriais do país. Sua situação atual reflete um processo histórico de ocupação caracterizado pela descontinuidade dos ciclos econômicos, os desníveis socioeconômicos regionais e a degradação ambiental. Nessa bacia vivem cerca de 5 milhões de habitantes distribuídos em uma área de 57.000 km² que se estende pelos Estados de São Paulo, com 13.500 km², Rio de Janeiro, com 22.600 km² e Minas Gerais, com 20.500 km².

Na parte fluminense, além da população de 2,5 milhões de habitantes, dependem de suas águas cerca de 700 indústrias, diversas usinas hidrelétricas, a agricultura e outros usuários. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) aproximadamente 8 milhões de habitantes também se abastecem das águas dessa bacia por intermédio da captação de 44m³/s no rio Guandu e 5,5m³/s no reservatório de Lajes, de duas transposições da bacia do rio Paraíba do Sul 160m³/s retirados fartamente do rio Paraíba do Sul pela estação elevatória de Santa Cecília e 20m³/s da bacia do rio Piraí, através do túnel que interliga o reservatório de Tocos ao de Lajes e da estação elevatória de Vigário, utilizadas também para geração de energia elétrica pelo Sistema Light. Além do abastecimento de água e da geração de energia elétrica, beneficia-se dessas transposições diversas indústrias situadas nas proximidades do rio Guandu e na RMRJ.

O rio Paraíba do Sul e os afluentes que nascem no Estado de Minas Gerais chegam ao Estado do Rio de Janeiro com a qualidade das águas já comprometidas pelo lançamento de esgotos domésticos, efluentes industriais e grandes carga de sólidos em suspensão. No trecho fluminense da bacia, da mesma forma, as contribuições de esgotos sanitários que chegam in natura aos corpos hídricos e os despejos industriais avolumam a carga poluente, agravando a qualidade da água.

Apesar do controle que a Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (FEEMA) exerce sobre as indústrias potencialmente poluidoras de grande porte, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Dupont do Brasil, Clariant, Companhia Siderúrgica Bárbara, Cyanamid e outras, os efeitos de substâncias tóxicas e metais pesados ainda é significativo nas águas do rio Paraíba do Sul. O problema dos lixões, do desmatamento e da conseqüente erosão, a retirada de recursos minerais para a construção civil sem a devida recuperação ambiental, os acidentes com o transporte de cargas tóxicas, a devastação da mata ciliar, a pesca predatória, o uso indevido e não controlado de agrotóxicos e a falta de consciência ambiental na bacia, em particular, de seus recursos hídricos.

No Programa de Proteção de Mananciais propõem-se ações de recuperação da mata ciliar em áreas de nascente e de conservação de áreas ainda não devastadas, como mecanismos de reversão da situação de devastação que se observa em grande parte da bacia.

Ainda como parte do subprograma de proteção de mananciais é proposta a implantação de desvio do rio dos Poços, em sua confluência com o rio Guandu, junto à tomada de água do sistema de abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Como a maior parte da vazão do rio Guandu provém da bacia do rio Paraíba do Sul, cabe uma ação emergencial de proteção da qualidade desses recursos, já que o rio dos Poços traz uma carga de poluição que compromete a qualidade da água bruta aduzida para o sistema Guandu. Como medida de longo prazo é proposta a elaboração do Plano de Recursos Hídricos dessa bacia para identificar as ações de recuperação adequada.

No Rio de Janeiro, com o grande número de *shoppings* e com a tecnologia moderna, o consumo de água é muito grande e o desperdício também. Nos toaletes, as bicas automáticas, que deveriam ter manutenção semanal, e as descargas sanitárias fazem com que o consumo de água seja maior em Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro. Onde foi construído o West Shopping, a população convive com as alterações do abastecimento no bairro. Na época da construção a água foi bastante reduzida, faltando por

vários dias e atualmente os moradores convivem com a falta de água duas vezes por semana, só voltando a normalizar o abastecimento após as 17 horas, o que obrigou os moradores a colocarem mais caixas de água em suas residências. Aos sábados, quando o consumo de água é maior no Shopping, a água fica tão fraca que não consegue chegar às casas. Quando o abastecimento começa a ser, a água é suja e muito barrenta. Segundo funcionário encarregado desse setor da CEDAE é proveniente das manobras necessárias ao funcionamento do Shopping.

Houve uma grande modificação no abastecimento de água no bairro desde o período de construção do shopping e essa alteração persiste devido ao desperdício, o aumento da população, e o descaso da CEDAE, pois as casas próximas ao Shopping ficam menos prejudicadas enquanto as outras convivem com a falta de água constante, apesar dos inúmeros pedidos de providência a CEDAE, inclusive para consertos de vazamentos.

3.6- A dádiva: As bicas d'água do Mendanha

Neste tópico será contemplada a discussão que se refere ao cotidiano de uma população, que na falta de verdadeiras instituições democráticas e equipamentos urbanos como água, luz, transporte, enfim uma crônica falta de cidadania, apela para aquele que segundo ela pode realmente intervir a seu favor: o político clientelista da localidade. Devido as circunstâncias este é aclamado pela população, endeusado e transformado em mito e agirá sempre em prol de fortalecer o imaginário social que envolve seu nome e todo o aparato político que o cerca.

A respeito do conceito de imaginário social algumas considerações se fazem necessárias.

Segundo Castoriadis em seu livro a "Instituição Imaginária da Sociedade", o social tem uma influência profunda sobre o indivíduo:

“(...) o indivíduo social não se desenvolve como uma planta, mas é criado-fabricado pela sociedade, e isso **sempre** mediante uma ruptura violenta daquilo que é o estado primário da psique e suas exigências. E uma instituição social, sob uma forma ou sob outra, **sempre** será responsável por isso”.

Portanto, o indivíduo não é onipotente, ele depende de toda a sociedade para fazer com que as palavras e ações tenham significado: “O indivíduo não é fruto da natureza, (...) ele é “criação e instituição social” (Castoriadis p. 355).

Assim, é importante compreender que cada sociedade impõe ao indivíduo regras e um “universo de discursos diferentes” (CASTORIADIS pág.273). A instituição da sociedade é a instituição de um mundo de significações e de criações cada vez mais específicas.

Todas as sociedades explicam as regularidades dos mais diversos acontecimentos: chuva, a colheita, a caça, utilizando os mitos, os contos, etc. A sociedade ocidental instituiu a “explicação racional”, que é uma instituição histórica recente e particular e um tanto etnocêntrica, na medida que não leva em conta o pensamento mítico. Ainda segundo Castoriadis:

“A instituição social histórica, é aquilo em que e por que se manifesta e é o imaginário social. Esta instituição é instituição de um magma de significações imaginárias sociais. (...) fonemas, palavras, cédulas, *djinnns*, estátuas, igrejas, instrumentos, uniformes pinturas corporais. (...) O imaginário social é, primordialmente, criação de significações e criação de imagens e figuras, que são o seu suporte” (CASTORIADIS pág.277).

O filósofo Karl Marx também reconheceu o papel do imaginário social. Segundo Castoriadis, ele mesmo dizia que “o Apolo de Delfos era a vida dos gregos, uma força tão real quanto qualquer outra”. Quando falava do fetichismo da mercadoria ele mostrava a importância do imaginário para a existência da economia capitalista. Para Marx o papel do imaginário era limitado como um elo não econômico

da cadeia econômica, e vai mais além dizendo que o reflexo religioso do mundo real só poderia desaparecer após o homem trabalhador apresentar relações claramente racionais dos homens entre si e com a natureza.

“O ciclo da vida social, ou seja o processo material de produção só se despoja de seu eu místico e nebuloso no dia em que seu conjunto aparecer como o produto de homens livremente associados e exercendo um controle consciente e metódico , Mas para isso é necessário que a sociedade possuía uma base material , ou que exista toda uma série de condições materiais da vida que por sua vez , são o produto natural de uma longa e penosa evolução.”⁴⁷

Em sua obra “Contribuição à Crítica da Economia Política” Marx diz : “Toda mitologia subjuga domina e molda as forças da natureza na imaginação e pela imaginação e desaparece portanto quando conseguimos dominá-las realmente”⁴⁸

O que vale de fato ressaltar é que o papel do imaginário está na raiz tanto da alienação como da criação da história. Segundo Castoriadis, na nossa sociedade aquele que vive sem vontade política, sem vontade em relação a lei , vive numa situação infantil como se substituísse o pai particular por um pai social anônimo e neste sentido vive um mundo com entidades irreais como os chefes, as nações , os cosmonautas enfim os ídolos. Os homens se transformam em fantoches de outros fantoches que o governam.(CASTORIADIS p.115)

Assim sendo em acordo com o que se discutiu acima, o propósito deste capítulo é menos mostrar a trajetória política de Miécimo da Silva através de fatos, acontecimentos e datas e sim, trazer o imaginário social que gira em torno de sua figura,ou seja, o que as pessoas do Mendanha evocam quando o nome do político é lembrado. Nas “conversas” com os moradores, foram utilizadas técnicas de

⁴⁷ O Capital,pág.67;VL I,P.614.apud CASTORIADS pág.115

⁴⁸ Contribuição a critica da economia política,1928,p.351apud CASTORIADISpag.115

entrevistas semi – estruturadas⁴⁹, seguindo um roteiro, sem muita rigidez, para dar liberdade ao entrevistado de expressar seus sentimentos e sua história pessoal.

No azeitamento da máquina clientelista, a troca de votos por benesses é importante para exaltar a figura do político, ao ponto, muitas vezes, deste ser transformado em figura mitológica, onde seus feitos surgem como verdadeiras dádivas.

O já falecido político Arthur Miécimo da Silva é conhecido como “vereador das bicas d’agua”, mas em seu histórico traz outros feitos, como a construção da FEUC, instituição de nível superior de Campo Grande, e motivo também de sua cassação, em plena ditadura, pois foi acusado de desvio de material das obras para proveito próprio, de acordo com seu filho Arthur Miécimo e sua companheira de partido Dona Nair⁵⁰.

O empreguismo também foi muito lembrado por parte dos entrevistados. Num momento onde não havia concursos para a ocupação de cargos públicos, a indicação de um político local era de suma importância.

Campo Grande é um bairro bem afastado do centro do Rio de Janeiro e subindo a Avenida Brasil, no sentido centro-zona oeste, passando por Irajá, Bangu, Vila Kennedy, vemos a nossa esquerda uma imensa formação geológica que vai se estendendo até onde os olhos podem alcançar, toda esverdeada pela mata que se espalha ao longo da muralha chamada serra do Mendanha. Na sua encosta muitas famílias vivem em casas simples, mas bem estruturadas, existem ali sítios onde as pessoas moram ou alugam para grupos e empresas. Campos, animais diversos, mata fechada, compõem o cenário rural que não lembra em nada a cidade que se agiganta ao seu redor e macula este cenário bucólico com seus problemas, aumento da criminalidade, empresas poluidoras, ocupações irregulares, etc.

⁴⁹ Minayo, M.C.S. O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde p.107

⁵⁰ Os nomes dos entrevistados são fictícios, a não ser o de seu filho, Arthur Miécimo da Silva.

As pessoas relatam o passado, das fazendas cheias de laranjas, antes de serem desmembradas pela especulação imobiliária e se tornarem loteamentos ou sub-bairros. Nas memórias das pessoas que vivem ali há mais de 40 , 50 , 60 anos está o saudosismo. E é interessante também observar que os mais velhos guardam lembranças bem vivas daqueles que ali faziam política.

Miécimo da Silva é um daqueles inesquecíveis, tido em boa conta pelos mais velhos, sua imagem é passada aos mais novos como o bem feitor que trouxe água para a região. Aqueles que comentam sobre a sua importância o relacionam às bicas d'água que ali foram colocadas . Seguem algumas falas:

“Miécimo foi o vereador que trouxe água para cá, minha mãe foi cabo eleitoral dele , ela me colocava no colo me segurando com a mão , e com a outra carregava o balde.” (Dona Helena)

As pessoas mais velhas lembram dos rios e córregos que nasciam da serra do Mendanha:

“No final da década de 20, fizeram um duto com o represamento da água da cachoeira do Mendanha para abastecer a vila militar, o responsável era um engenheiro , um tal de doutor Jorge e a sede da companhia ficava na estrada do Mendanha , desses dutos foram tiradas algumas bicas d'água.A primeira bica foi no largo do Mendanha na altura da estrada dos sete Riachos pelo sr Otávio de Araújo Gomes. Logo após Miécimo ajudou a colocar no são Geraldo na esquina do Pedregoso e no Largo das Capoeiras .(Dona Maria)

O Sr Silva relata suas lembranças no Mendanha;

“Lembro –me que os moradores iam bem cedo encher as latas e moringas com água fresca e a tardinha e a noite era um passeio ir até a bica pegar água nas moringas de barro (...) na época não existia luz elétrica e as poucas pessoas que tinham maior poder aquisitivo tinham geladeiras à querosene.”

Neste ponto Dona Maria interrompe para acrescentar:

“Quando Miécimo morreu, em seu sepultamento, bem na hora do enterro o tempo fechou e começou a chover as pessoas diziam ser um milagre pois, ele era o homem que trazia a água para região através de suas bicas d’água.”

Outros moradores consideram a importância do político, mas, com alguma ressalva:

“O filho dele diz que existe um Campo Grande antes e depois de Miécimo, mas houve outras pessoas importantes como o senador Augusto Vasconcelos que também foi morador da área e fez muito pela localidade... A dona Maria, dona de tudo isso aqui, ajudou no fornecimento de água para a região... “ (Seu Dimas)

Arthur Miécimo da Silva é filho de Miécimo da Silva e seu depoimento sobre o pai é marcado por muita emoção. O envolvimento do pai com as campanhas e a cassação do seu mandato pela ditadura ensejam uma mistura de orgulho e tristeza:

“Hoje um vereador não tem as prerrogativas que meu pai tinha...e ele passou por momentos diferentes da história: distrito federal, estado da Guanabara, ditadura militar, fusão ...então você tem o vereador ou político de hoje e o de ontem, e o vereador de hoje não conseguiria fazer o que o Miécimo do passado conseguiu.

Ele teve quatro mandatos de vereador e dois mandatos de deputado estadual. Ele começa a trabalhar com a dona Santinha , a esposa do presidente Eurico Gaspar Dutra, conheceu Ademar de Barros por intermédio dela e saiu candidato a pedido do Ademar , inclusive ele deu até um jipe pro meu pai, nesta campanha ele perdeu ...mas na segunda campanha dele veio como vereador e não perdeu mais.

Foi ai que ele começou, no antigo sertão carioca, com idéias futuristas tipo : o Instituto de educação Sara Kubistchek , ninguém concebia na época a

construção de um instituto de educação na zona rural, o instituto foi aprovado, a dona Sara veio com o presidente para inauguração.

Papai se preocupava também com a ecologia comprava, sementes do próprio bolso para plantar nas localidades, olha que Campo Grande já era cheia de árvores...

O projeto da doutora do Guandu foi dele , doutora de água de Sepetiba , na época os primeiros telefones vieram para casa do meu pai, ele indicou os caminhos para colocar os telefones públicos .

Sobre as águas , Campo Grande e parte da zona oeste era abastecido pela cachoeira do Mendanha ou pelo Rio da Prata, como não tinha como puxar a tubulação da água ,o que meu pai fazia puxava um cano e botava bica d'água nas ruas e ficou conhecido como "Miécimo das bicas d'água", o povo não ficava mais sem água era só levar o balde e encher...tem no Mendanha uma bica histórica, tem uma bica histórica no rio da Prata , e de acordo com o prefeito ou governador ele ia inaugurando as bicas d'água.

O meu pai era o único vereador do sertão carioca e conheceu o jornalista Chagas Freitas, e puxou ele para sair candidato a deputado e o Chagas disse:- como Miécimo?, Sair deputado ? Eu sou jornalista...

Meu pai convenceu ele, papai saiu deputado estadual e ele deputado federal, o ex prefeito do rio Mourão Filho , meu pai e Chagas.

Chagas, foi padrinho do meu irmão mais velho Miécimo da Silva Filho, e antes foi padrinho do casamento do meu pai com a minha mãe, na igreja presbiteriana do Riachuelo.

Minha mãe conheceu meu pai quando ela estava iniciando como professora , foi fazer uma pesquisa a pedido do instituto de educação da Tijuca, com um político , o político não estava , mais conheceu meu pai, eles se casaram a festa foi em Campo Grande, lugar que nunca abandonou, mesmo depois de casado

Em 1969, ele criou Sociedade Universitária Campo Grandense,(SUC) , começou funcionando no prédio da igreja batista logo após conseguiu desapropriar junto ao estado um terreno e construiu o Instituto de Educação, e incentivou o governo federal a levar para Campo Grande a ISHIBRAS e criar uma estação de trem .

Logo após, a faculdade passou a funcionar junto com o instituto de educação, onde a FEUC se encontra até hoje. O comércio começa na localidade com a abertura de uma sapataria para as normalistas. Antes na localidade tinha um barracão de laranja.

Em 1969, ele foi cassado pelo AI5. Seus direitos políticos foram cassados por dez anos, eu tenho até o diário oficial cassando ele, com a assinatura de todos os ministros inclusive o Delfim Neto. O General Costa e Silva não quis cassar meu pai, quem cassou ele foi a junta militar que veio depois.

O processo de cassação do meu pai foi a mesa do presidente da república duas vezes e ele o colocou como indeferido, Costa e Silva faleceu, assumiram a junta militar e meu pai foi cassado, ele foi preso em Realengo junto com Caetano Veloso e Gilberto Gil.

Rasparam a cabeça do Caetano e do Gil, mais do meu pai não! Por isso o Gil fala; -Alô, alô Realengo aquele abraço.

Meu pai morreu dizendo que não foi maltratado, mais entrou lá de cabelo preto com quarenta anos e saiu de lá com o cabelo branco e diabético. É muito desgostoso.

Ele faleceu em 1980, quatro dias depois, de ter seu direito político restabelecido devido a Abertura política.

Muita coisa aconteceu depois que ele foi cassado meu tio Daniel Silva foi eleito deputado pelo MDB, Chagas eleito mesmo que indiretamente governador, e Chagas sempre prestigiou meu pai mesmo cassado...Meu pai foi definhando até morrer.

Deixou um legado de ideais, uma mulher e dois filhos.

Sobre o centro esportivo Miécimo da Silva, sua idéia inicial era criar um centro para atender as crianças pobres, mas outros políticos transformaram em centro esportivo, ele disse: um dia eu morro ainda vão colocar meu nome aí.

Ele se formou em direito e era um excelente advogado, falou até no Fantástico antes de morrer, apontando as principais causas da criminalidade do Rio de Janeiro.

A família Caldeira de Alvarenga, no início, fez resistência ao nome de Miécimo pois ele era um cara que vendia verdura, mas aos poucos foram se tornando aliados políticos.

Existe até hoje um grupo que não se conforma com o surgimento dele por parte dos grupos tradicionais

Meu pai só perdeu para a ditadura...

Meu pai foi cassado por que entrou na FEUC um diretor chamado Nilton de Castro que tinha um cunhado coronel, e também na época o estádio do Campo Grande estava sendo construído...os militares queriam cassar as mentes é assim no meu entender, pois queriam implementar a ditadura, e este fato estava acontecendo em toda a América, o Chile, na Argentina, Paraguai, você vê, fui lá em cima até chegar no meu pai...

Enfim o cara, o diretor disse que meu pai estava desviando tijolos da construção da FEUC para casa dele...mentira! Meu pai levava os tijolos para a construção do estádio do Campo grande, ele deixava uns bilhetinhos com o vigia da faculdade e levava os tijolos, a princípio ele foi inocentado, pois viram que ele fazia de público para público e não tinha problemas, na verdade teve um cunho político e particular nesta história pois era o de tirar meu pai da jogada pois ele queria transformar a FEUC em universidade pública.

Muitos professores da UERJ eram sócios da FEUC.

Houve um período que professores da FEUC se reuniram e fizeram um movimento para a UERJ encampar a FEUC, como meu pai antes queria, mas na época o governador Brizola não quis encampar a faculdade.

A idéia do meu pai era transformar a FEUC em universidade pública!

Na época do movimento meu pai já estava morto... o hospital geriátrico foi idéia dele depois meu tio concluiu...bom eu posso te dizer o que meu pai não fez, o calçadão de Campo Grande meu pai não fez, a escola Venezuela não foi meu pai quem fez...Vamos dizer que Campo Grande é um quadro, o que ele não pintou existem pinceladas dele, ele foi a base do desenvolvimento.

Com tudo isso começou uma peregrinação ao cemitério onde meu pai foi enterrado e nós tiramos o corpo dele de lá, colocamos numa gaveta, antes era no lote dez sepultura cento e quarenta...pois, virar santo é complicado! Por volta de 84 e 85.Foi o que aconteceu com a Praça do Preto Velho em Inhoaíba um velho afro-descendente morreu, inclusive ele era evangélico e foi um dos primeiros moradores da região, e começaram a chamar a praça da localidade de Praça do Preto Velho e pra lá começou uma peregrinação, e ele acabou virando um “preto velho”, com velas acesas e tudo.

A neta dele era administradora regional.

E chato um personagem da política, importante para região, se transformar em santo, mesmo por que ele não era isso , era uma pessoa normal...

Começaram a chamar ele de pai branco, cabeça branca, como uma divindade!

No dia do enterro não tive condição de ir, Campo Grande parou, Chagas Freitas veio, vieram pessoas do Brasil inteiro, pra você ver como meu pai era conhecido, até o senador Arthur Vírgilio do Amazonas padrinho de casamento do Rodrigo Maia...”

Considerações Finais:

O Rio de Janeiro acumula em sua história, um ampla discussão sobre a República Brasileira. Como uma maquete da arquitetura do teatro da política no Brasil, o Rio acomodou forças políticas voltadas para o âmbito federal e poderes políticos que tinham interesses apenas locais, nos bairros e municípios, formando uma rede e, assim, serviam uns aos outros.

Sobre o tema República, existem inúmeras produções. Vão e voltam as questões envolvendo os problemas da nossa democracia representativa, e este trabalho teve como idéia principal colaborar na construção deste amplo debate, dando ênfase a necessidade do desatamento dos nós das amarras da tradição com o fim de promover a participação política e a plena cidadania.

De fato Coronelismo e chaguismo não podem ser identificados um ao outro, até porque fazem parte de contexto sócio-históricos diversos, porém fazem parte do mesmo universo clientelista, e criaram, tanto um, quanto o outro obstáculos às instituições democráticas no Brasil, fomentando o apadrinhamento e a política de favores.

O Grupo Triângulo na Primeira República ocupou através das atividades políticas os espaços públicos e arregimentou seu eleitorado sempre de maneira fraudulenta. A capital federal, cidade do Rio de Janeiro, palco da política nacional, era dominada por grupos comandados pela mais diversas oligarquias regionais, espalhadas pela federação o que fez que se criasse no município a resistência dos setores locais contra a invasão dos políticos de outros estados.

Defendendo estes pequenos espaços locais estavam as lideranças rurais do “triângulo carioca”. De certo que as práticas do grupo de maior força política da cidade do Rio de Janeiro eram, a expressão da forma com a qual a República enquadrava o padrão político da época, mas existem singularidades que diferenciam

este grupo de tantos outros, a começar pelo fato de atuarem na capital federal e defenderem seus interesses a partir dali , dificultando a penetração de outros grupos das diferentes regiões, que traziam consigo , os mais diversos interesses.

Existindo pouquíssimos trabalhos sobre o chamado “sertão carioca”, as referências são mínimas sobre os agentes que fizeram dali o palco de sua atuação política. A Zona Oeste do Rio de Janeiro apresenta uma riqueza de detalhes em sua história que deve aos poucos ser recuperada.

O recorte espacial feito neste trabalho, ou seja, a área do Mendanha, só faz reforçar esta idéia. Ali viveu o prócer do grupo triângulo, Augusto Vasconcelos, que herdou as terras de seu tio que foi médico de Dom Pedro II e apoiou muitos outros políticos em sua época como foi o caso de Hermes da Fonseca que acabou por protagonizar uma pendenga no conselho municipal com Rui Barbosa, pois este dizia que as práticas utilizadas por Vasconcelos transgrediam os princípios da República e do Direito , fato citado por Américo Freire, em seu artigo intitulado “Augusto de Vasconcelos, o Dr. Rapadura, um estudo sobre liderança e negociação política na capital federal”.

Augusto Vasconcelos, tal como Chagas Freitas, e sua “máquina”, não firmava posições ideológicas, criando a possibilidade de bandear para a ala que bem lhe conviesse, Vasconcelos se dizia um “adesista republicano”, segundo Américo Freire, porque tinha a consciência de que, em vários estados, existiam lideranças monarquistas. De fato a questão da República naquele instante, não estava bem definida, o que era importante na verdade era vencer os pleitos e ocupar o espaço que lhe convinha.

O Mendanha também faz parte da história de Miécimo da Silva, e vice e versa. Vereador que pertenceu ao chamado grupo do jornal “O Dia” , e que com o apoio da “máquina chaguista” chegou a deputado, conseguindo muitas benesses para a região de Campo Grande, inclusive as famosas bicas d’água . Hoje é ainda

lembrado. Neste momento, seu nome volta aos meios de comunicação, devido aos jogos pan-americanos, pois existe um estádio no bairro de Campo Grande com o seu nome.

Miécimo da Silva foi cassado, ou por ter sido abandonado pela “máquina”, que já apresentava desgastes em seu funcionamento ou por não ter atentado para as mudanças que foram efetuadas pela ditadura militar. O fato é que após sua cassação se sentiu muito amargurado, pois acreditava que tudo o que fazia era para o bem de seu povo e desenvolvimento da sua região.

A maioria das pessoas que moram na localidade, têm orgulho destes líderes que defenderam os interesses da região. Podem eventualmente inclusive tecer críticas, mas se sentem agraciados por terem tido pessoas tão ilustres fazendo parte de sua história.

Neste trabalho foram apresentadas duas forças políticas que atuaram em tempos diferentes, uma no final do século XIX e outra nos meados do século XX mas que alicerçaram seu estilo político no clientelismo, e que de uma maneira ou de outra, para o bem ou para o mal, representaram uma espécie de resistência as propostas de um Rio de Janeiro que ostentava apenas suas qualidades de capital federal (quando ainda era uma), chamando a atenção para uma região esquecida e que precisava de investimentos.

O Brasil apresenta, ainda nos dias de hoje, em pleno século XXI, práticas como o filhotismo, o mandonismo, o clientelismo e o patrimonialismo, o que caracteriza a política brasileira como atrasada e fortemente resistente as diversas formas de modernização. O clientelismo é uma prática perversa, mas que encontra entre a população a forma única de atendimento de suas necessidades, e o político local trabalha pelo voto que irá possibilitar as dádivas e conservar sua autoridade na localidade. A antropóloga Karina Kuschinir em seu livro “O cotidiano da política” cita

Marcel Mauss em “O ensaio sobre a dádiva” onde ele define a obrigação de dar, afirmando que:

“Só conserva a autoridade aquele que provar que é favorecido pelos espíritos da fortuna, que é possuído por ela e que a possui , sendo a única forma de provar esta fortuna gastando-a, distribuindo-a , humilhando os demais e pondo-os a sombra de seu próprio nome” (MAUSS apud KUSHINIR,2000).

Isso faz com que o eleitor se identifique mais com o político “dádivo” do que com a classe trabalhadora ou como um cidadão. A política para este indivíduo, em seu imaginário, só será possível, a partir da interferência de relações pessoais. O fato é que conseguindo resolver os inúmeros problemas em suas localidades legitimando esta prática , o eleitor desconhece que faz parte de uma lógica maior onde as instituições são construídas a partir de princípios democráticos, e que seus direitos são garantidos por uma Constituição , votada e aprovada pelos representantes escolhidos e pagos por ele.

Na verdade estes políticos clientelistas, privatizaram os bens públicos e permitiram a si mesmos e a seus familiares, o acesso a bens que de outra forma não seriam obtidos. Neste caso o espaço público não é visto como um bem que pertence a todos , mas para aqueles que se relacionam com uma classe reconhecidamente detentora de prestígio e poder.

A política toma novas formas a partir de setores que vão aparecendo no cenário político. Hoje vemos as bancadas evangélicas que se beneficiam dos votos dos crentes que freqüentam suas igrejas, alastrado seus templos utilizando as mais diversas denominações, mas que conservam os mesmos propósitos dos políticos clientelistas: a troca de votos por benesses, envolvendo, neste caso, não só a credibilidade na imagem do político temente a Deus , mas a possibilidade de adquirir bens materiais através das preces.

Enfim, falta muito ainda para que se tenha a noção da importância das instituições democráticas. Enquanto os representantes pensarem em apenas satisfazerem suas necessidades pessoais utilizando os bens públicos como privados, não estarão se importando verdadeiramente com o povo que o cerca, delimitando seu espaço de participação.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: *IPEA, Rio de Janeiro, 2000.*
- ALENTEJANO, P. R. *O quê há de novo no rural brasileiro?* São Paulo: Terra Livre, 2000.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de(Orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados.* Rio de Janeiro: FAPERJ; MAUAD, 2001.
- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na baixada fluminense.* Duque de Caxias, RJ: APPH; CLIO, 2003.
- ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial.* 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- Assaré, Patativa do. *Aqui tem coisa.* São Paulo: Hedra, 2004.
- BAÍA, Paulo R. dos Santos. *Tradição reconfigurada: Mandonismo, municipalismo e poder local no município de Nilópolis e no bairro da Rocinha na região metropolitana do Rio de Janeiro.* 2006. 159 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.) – CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2006. (mimeo).
- BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.* 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BOBBIO, Norberto; PASQUINO, G. *Dicionário de política.* 5. ed. Brasília, DF: Edunb, 1993.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia.* 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BOUDON, R; BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia.* 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.* 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2004.
- _____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.* 4.reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Forças armadas e política no Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.
- _____. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. Dados.* 40, n 2, p.229-250. Rio de Janeiro, 1997.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade.* 6 ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 2007.
- _____. *As encruzilhadas do labirinto Vol.1.* 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CAVALCANTI, Nireu. *Santa Cruz: uma paixão.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- CLASSIFICADOS DO BAIRRO. Campo Grande, RJ:[s.n.], nº 26, p. 11, fev 2007.

- CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios)
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: Campanha de Canudos*. Edição comemorativa 90º ano do lançamento. Rio de Janeiro: Ediouro, 1992.
- DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular*. São Paulo: EDUC; Cortez, 1996.
- DINIZ, Eli.(org.). *Políticas públicas para áreas urbanas: dilemas e alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Debates Urbanos).
- DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 59).
- DOLFUS, Olivier. *O espaço urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- DREIFUSS, René A. *O jogo da direita: na nova República*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.
- _____. *1964 - a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FERREIRA, M. de Moraes; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- FLORÊNCIO, Jorge; PORTO, Hélio. R; SANTOS JR., Orlando A. dos. (Org.). *Saneamento ambiental na baixada: cidadania e gestão democrática*. Rio de Janeiro: FASE, 1995.
- FRANCO, Virgílio A. de Melo. *Outubro de 1930*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- FREIRE, Américo. *Uma capital para a república: poder federal e as forças políticas locais no RJ na virada do século XX*. Rio de Janeiro: Revan. 2000.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar; Garamond, 1999.
- FRÓES, José N. de S; GELABERT, Odaléa R. E. *Rumo ao Campo Grande por trilhos e caminhos*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004.
- FURTADO, C. *A fantasia organizada*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos Brasileiros, v.89).
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 17. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984. (Documentos Brasileiros, v.1).
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil 1998*. Rio de Janeiro: IBGE,1999.
- KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

- LATIF, Mirian de Barros. Uma cidade no trópico – São Sebastião do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1965.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- LEITE, Celso Barroso. (Org.). *Sociologia da corrupção*. Rio de Janeiro: 1987.
- LEMENHE, M. Auxiliadora. *Família tradição e poder: o (caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME; EUFC, 1995.
- LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- MACEDO, J. Rivair; MAESTRI, Mário. *Belo Monte: Uma história da guerra de canudos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Moderna, 1997.
- MARQUES, Daniel W. A. (Org.). *O pensamento vivo de Padre Cícero*. [Rio de Janeiro]: EDIOURO, 1988.
- MARQUES, M^a Inez Medeiros . *O conceito de espaço rural em questão*. *Terra Livre*, São Paulo, ano 18, n.15, p.95-112, jul.dez.2002.
- MENDONÇA, Sônia; MOTTA, Márcia. (Org.). *Nação e poder: as dimensões da história*. Niterói, RJ: EdUFF, 1998.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MONTE-MOR, R. Luís de Melo. *O que é urbano, no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2006.
- MOTTA, Márcia M. Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.
- MOTTA, Marly S. da. Frente e verso da política carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo. *Estudos Históricos – Cultura Política*, Rio de Janeiro, v.13, n. 24, p.351-376, 1999.
- _____. *Mania de Estado: O Chaguismo e a estadualização da Guanabara*. *História Oral*. São Paulo, n.3, p.91-108, jun.2000.
- NETO, João Cabral de Melo. *Obra Completa: volume único*. 4. reimpr. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003.
- O DIRIGENTE MUNICIPAL, Rio de Janeiro: IBAM, jul./ago. p. 53 -58, 1967.
- OLIVEIRA, Lúcia de. Aspectos geográficos da zona agrícola do Rio da Prata. *Revista Brasileira de Geografia*, . Rio de Janeiro. v.22, n. 1, jan../mar. 1960.
- OLIVEIRA, O. F. O municipalismo e a cultura política brasileira. *Achegas – Revista de Ciência Política*, n. 14, 2003. Disponível em <http://www.achegas.net/>
- OSORIO, Mauro. *Rio nacional Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense*. Senac Rio, 2005.

- PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. *Introdução à lógica dialética: notas introdutórias*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. *História econômica do Brasil*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Ciclo de Palestras: histórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SME, 2002.
- _____. *Atlas escolar da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SME, 2000.
- QUEIROZ, M I P. *O Mandonismo local na vida política do Brasil: da Colônia à 1ª República*. São Paulo: USP/ Institutos de Estudos Brasileiros, 1956.
- RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- SAES, Décio. *Classe média e política: na primeira república brasileira (1889-1930)*. Petrópolis, RJ: 1975. (Coleção Sociologia Brasileira, v.3).
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Canudos: cartas para o barão*. (Org.). 2. ed. São Paulo: USP; Imprensa Oficial do Estado SP, 2001.
- SANEAMENTO. Rio de Janeiro, v. 20, n. 28, p. 6-20, jan./mar. 1966.
- _____. Rio de Janeiro, v. 20, n. 34, p. 26-29, 1968.
- _____. Rio de Janeiro, v. 20, n. 44, p.2-21, abr./set. 1972.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Retorno: máscaras institucionais do liberalismo oligárquico*. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.
- SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *O espelho da metrópole – Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelistas*. 2002. 404 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. (mimeo).
- _____. *Pelas veredas da capital: Magalhães Corrêa e a invenção formal do sertão carioca*. Rio de Janeiro: CPDOC, 25 f., 1998.
- _____. *No balanço das redes: o individual e o coletivo nas relações clientelistas*. Rio de Janeiro: CPEDOC, 2001.
- SILVA, Glória Mª G. Ferreira. *Preservação dos mananciais*. 2001. 50 f. Monografia (Especialização em Educação Ambiental e Ecologia) – FEUC, Campo Grande, RJ, 2001. (mimeo).
- SILVA, Hilda. Uma zona agrícola do distrito Federal – O Mendanha. *Revista Brasileira de Geografia*, [S.l.], v. 20, n. 4, 1958.
- SILVA, Arthur Miécimo da. Entrevista concedida a Nelson Ricardo Mendes Lopes. Rio de Janeiro. Regional de Campo Grande. 6 jul. 2007.
- SOUZA, Mª do Carmo C, de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 à 1964)*. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1976.

SUPLEMENTO DE O DIRIGENTE CONSTRUTOR. Rio de Janeiro: IBAM, p. 48-50, dez. 1965.

TREVISAN, Leonardo. *A República Velha*. São Paulo: Global, 1982. (História Popular, n.5).

VEIGA, J. E. da . Nascimento de outra ruralidade. *Estudos Avançados*, v. 20 n. 57, 2006.

VELHO, Otávio Guilherme. (Org.). *O fenômeno urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VIANNA, Oliveira . *História social da economia capitalista no Brasil*. v.1 e 2. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: EdUFF, 1987.